



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

**OS DIÁRIOS — LITERATURA CLANDESTINA A SERVIÇO DA
MEMÓRIA DA *SHOÁ***

ORIENTANDA: ADRIANA DE OLIVEIRA TAVIRA

Monografia para obtenção do grau
de Bacharel em História

ORIENTADOR: Michel Gherman

2019

ADRIANA DE OLIVEIRA TAVIRA

**OS DIÁRIOS — LITERATURA CLANDESTINA A SERVIÇO DA
MEMÓRIA DA *SHOÁ***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em História.

Orientador: Michel Gherman

**Rio de Janeiro
2019**

BANCA EXAMINADORA

ADRIANA DE OLIVEIRA TAVIRA

OS DIÁRIOS — LITERATURA CLANDESTINA A SERVIÇO DA MEMÓRIA DA *SHOÁ*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em História.

Aprovada em

Orientador: Profº. Dr.: Michel Gherman - UFRJ

Profº. Dr.: Ricardo Figueiredo de Castro - UFRJ

Profª. Drª.: Maria Paula Nascimento Araújo - UFRJ

AUTORIZAÇÃO

ADRIANA DE OLIVEIRA TAVIRA, DRE 110196163, AUTORIZO O Instituto de História da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SiBI.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2019.

DEDICATÓRIA

Dedico a todas as vítimas da barbárie

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por toda a sabedoria e inspiração que vem do seu doce e Santo Espírito.

Ao meu orientador, Michel Gherman, pela generosidade de compartilhar comigo todo o seu conhecimento sobre a Shoá. O meu mundo desmoronou logo na sua primeira aula. Gratidão!

À minha família, que me ensina a cada dia o que é o amor.

Ao Grupo Servos na Moenda, por todo apoio espiritual, todo incentivo e intercessão nos meus piores momentos.

À minha grande amiga Thayenne Roberta Nascimento Paiva, por todo apoio, toda escuta e leitura deste trabalho. Como é bom ter quem nos ouça! “Há amigos mais chegados que irmãos” (Provérbios, 18,24). A minha eterna gratidão!

A todos os professores e alunos que tive a honra de conviver e compartilhar saberes no Instituto de História da UFRJ.

Todavia, o calendário *vazio* é o calendário de todos. Cada ser humano quer torná-lo seu, e para isso tem de preenchê-lo. Os dias se dividem em bons e ruins, em livres e atribulados. Se ele os anota, em poucas palavras ou letras, o calendário se torna inconfundivelmente seu. Os acontecimentos mais importantes marcam efemérides. Na juventude, estas ainda são poucas, o ano conserva uma espécie de inocência, e a maioria dos dias é ainda livre e disponível para o futuro. Mas aos poucos os anos vão ficando repletos, mais e mais retornam as datas que foram decisivas e, por fim, o homem já não tem mais um dia disponível em seu calendário: ele tem sua própria história.

Elias Canetti

RESUMO

TAVIRA, Adriana de Oliveira. **Os diários — literatura clandestina a serviço da memória da Shoá**. Rio de Janeiro, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O presente trabalho pretende juntar-se aos esforços de inúmeros pesquisadores que contribuem historiograficamente para a memória da Shoá. Tem como objeto de estudo os diários das adolescentes Anne Frank, Rutka Laskier e Helga Weiss, escritos durante a Segunda Guerra Mundial. Apontar a contribuição desses diários, enquanto fonte legítima a serviço da memória e da resistência à Shoá, é o seu principal objetivo.

Palavras-chave: Shoá. Memória. Diários.

ABSTRACT

The present article intends to join the efforts of countless researchers who historiographically contribute to the memory of *Shoah*. It has as object of study the diaries of the adolescents Anne Frank, Rutka Laskier and Helga Weiss, written during the World War II. Point out the contribution of these diaries, as legitimate sources in the service of the memory and resistance to the *Shoah*, is its main objective.

Keywords: *Shoah*. Memory. Diaries.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: OS DIÁRIOS — LITERATURA CLANDESTINA A SERVIÇO DA SHOÁ	10
2. O CONTEXTO EM QUE OS DIÁRIOS FORAM ESCRITOS	13
2.1 O contexto dos ambientes em que os diários foram escritos	15
2.2 Escritas de si como referência de identidade	20
2.3 O diário enquanto fonte histórica	25
2.4 Os diários	31
2.4.1 O diário de Anne Frank	31
2.4.2 O diário de Rutka Laskier.....	33
2.4.3 O diário de Helga Weiss.....	35
3. OS DIÁRIOS E SUAS PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA À SHOÁ	38
3.1. Submissão ou resistência?	38
3.2. Formas de resistência utilizadas	42
3.3 Os diários: resistência intelectual	54
4. OS DIÁRIOS E A MEMÓRIA DA SHOÁ	61
4.1. A memória	61
4.2. Anne Frank X Helga Weiss X Rutka Laskier	72
4.3. Um anexo sobre o uso da memória na Shoá: O julgamento de Eichmann	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
6. REFERÊNCIAS	85

1 INTRODUÇÃO: OS DIÁRIOS — LITERATURA CLANDESTINA A SERVIÇO DA SHOÁ

Piedade e brutalidade podem coexistir, no mesmo indivíduo e no mesmo momento, contra toda a lógica. Não existe proporção entre a piedade que experimentamos e a extensão da dor que suscita a piedade: uma só Anne Frank gera mais comoção do que uma infinidade que sofreu com ela, mas cuja imagem permaneceu na sombra (LEVI, 2004, p. 48).

O presente trabalho vem atender a exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. A necessidade desse estudo surgiu durante uma disciplina eletiva chamada Historiografia e Novas Abordagens no Estudo da *Shoá* (2016.1), ministrada pelo professor Michel Gherman, cuja intenção era discutir novas perspectivas a abordagens historiográficas acerca dos estudos da *Shoá*. Uma das bibliografias adotadas foi o *Diário de Rutka* de Rutka Laskier, o que despertou um grande interesse por não ser tão conhecido no Brasil.

Ao final da disciplina, a proposta de avaliação seria um trabalho à escolha do aluno, a partir de um assunto abordado na eletiva. Assim, *O diário de Anne Frank*, conhecido mundialmente e os menos conhecidos *O diário de Rutka*, utilizado na bibliografia do curso e *O diário de Helga*, abandonado na estante particular (ainda não lido) foram escolhidos. O fato de serem adolescentes de nacionalidades distintas: Anne Frank (alemã), Rutka Laskier (polonesa), Helga Weiss (tcheca), mulheres, judias, vivenciando os dramas da guerra em contextos diferentes: anexo, gueto e campo de concentração, apesar de pertencerem ao um mesmo período histórico, suscitou o interesse pela pesquisa.

Desse modo, a comparação entre os diários foi inevitável e rendeu um trabalho cuja abordagem era a análise dos mesmos, buscando responder questões relacionadas à memória, resistência e testemunho. Surgiu assim, o interesse de aprofundar o assunto no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Muitos diários foram escritos após a trágica experiência da *Shoá*. No mundo inteiro, o mais conhecido é *O Diário de Anne Frank*. Entretanto, *O diário de Rutka* e *O diário de Helga*, lançados mais recentemente no Brasil e pouco divulgados, também suscitam um olhar mais aprofundado, ou seja, um olhar teórico sobre memória e resistência à *Shoá*, a partir das experiências de trauma vividas pelas adolescentes, dada a riqueza histórica que apresentam e a escassa produção acadêmica sobre eles, atualmente, no Brasil. Logo, a comparação foi inevitável, proporcionando, assim, uma reflexão acerca de suas discrepâncias e semelhanças.

Assim, os diários cuja escrita possui um caráter confessional, centrada no sujeito, revelando o mundo íntimo de quem escreve e permitindo que suas vivências e fatos históricos sejam salvos do esquecimento, como destacam Ângela de Castro Gomes e Philippe Lejeune, apresentaram-se ricos objetos de estudo para compreender como a memória de um nefasto capítulo da História foi preservada e como os envolvidos estabeleceram suas estratégias de resistência.

Nesse sentido, o estudo desses diários implica em resgate fulcral sobre o conhecimento das barbáries humanas e de que maneira ferem/feriram os aparatos éticos e políticos daquela época e que podem ser sentidos e vistos até os dias de hoje. Mais do que isso, serve como estímulo à emergência de tantos outros relatos de época ainda não ouvidos e lidos.

Além disso, o estudo sobre a *Shoá* já possui em si uma relevância social, sobretudo em tempos atuais em que a intolerância, o fanatismo, o autoritarismo, a xenofobia, o racismo, o fascismo, o antissemitismo e os movimentos neonazistas deixam suas marcas. E o revisionismo histórico, corrente política que nega ou minimiza a experiência da *Shoá*, atrai muitos adeptos. Portanto, esse estudo torna-se pertinente ao buscar compreender as resistências possíveis a essa política antissemita, denunciando sistemas de crenças antidemocráticas que se alicerçam no ódio.

Nessa perspectiva, diante da relevância da pesquisa, percebe-se a necessidade de avaliar a contribuição dos diários das adolescentes Anne Frank, Rutka Laskier e Helga Weiss para a memória e a resistência à *Shoá*. Portanto, indaga-se: de que forma as memórias pessoais das três adolescentes contribuem para evidenciar a memória e a resistência à *Shoá*?

Desse modo, o objetivo geral da presente pesquisa é apontar a contribuição dos diários de Anne, Rutka e Helga, escritos no século XX, enquanto fonte legítima a serviço da memória e da resistência à *Shoá*.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: 1) descrever as especificidades da *Shoá* nos ambientes em que os diários foram escritos; 2) identificar as principais práticas de resistência à *Shoá* nos três diários e 3) relacionar a narrativa dos diários com os ambientes específicos nos quais foram produzidos.

Parte-se da hipótese de que os relatos dos sobreviventes, através dos diários, passam a ser considerados fontes históricas importantes. A memória social sobre as vítimas judias toma novos sentidos. Assim, os diários escritos durante a Segunda Guerra Mundial, desconsiderados até 1960, podem ser fontes legítimas a serviço da memória e da resistência à

Shoá, além de permitirem ao historiador elucidar lacunas, estabelecer diferenças entre estas e as demais fontes.

Os diários, possivelmente, podem estar a serviço da memória da *Shoá* ao não separar de forma estanque história e memória, e por revelarem uma época e ao mesmo tempo ultrapassarem as barreiras da memória individual, uma vez que tocam na privação de valores universais, como o direito à vida, à cidadania, à pátria, ao direito de ir e vir.

Assim, para viabilizar o teste da hipótese, realiza-se uma pesquisa de finalidade básica estratégica, descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa e método hipotético-dedutivo, realizada com procedimentos bibliográficos e documentais.

No capítulo dois, que se seguirá à introdução, faz-se uma apresentação sintética de cada diário, descrevendo as especificidades da *Shoá* e como a implementação da política nazista foi cerceando a vida dos judeus, nos diferentes ambientes onde os diários foram escritos.

No capítulo três, identificam-se as principais práticas de resistência à *Shoá*, a partir da análise das estratégias de sobrevivência adotadas pelas adolescentes em ambientes completamente distintos: gueto, anexo e campo de concentração.

No capítulo quatro, faz-se uma relação das narrativas dos diários com os ambientes específicos nos quais foram escritos, comparando-os e destacando suas discrepâncias, portanto, diferenças e semelhanças que os singularizam entre si, enfocando os eixos centrais da pesquisa: a memória e a resistência.

Ao final, conclui-se que os objetivos são atingidos e a pergunta resta respondida com a confirmação da hipótese, indicando que os diários escritos durante a Segunda Guerra Mundial, desconsiderados até 1960, podem ser fontes legítimas a serviço da memória e da resistência à *Shoá*.

2 O CONTEXTO EM QUE OS DIÁRIOS FORAM ESCRITOS

Antes mesmo de iniciar a discussão das questões apontadas ao longo da introdução, torna-se imprescindível considerar que, apesar de estar entre o maior número de indivíduos assassinados (cerca de seis milhões), a comunidade judaica não foi a única vítima da *Shoá*. Também comunistas, testemunhas de Jeová, negros, homossexuais, ciganos, deficientes mentais ou físicos não escaparam da eficácia da máquina de morte nazista.

Portanto, esta pesquisa traz à memória não apenas os cerca de seis milhões, mas todos os seres humanos que tiveram as suas vidas ceifadas durante a barbárie chamada *Shoá*. Porém, atendendo ao recorte do tema, volta-se para as judias adolescentes que registraram, em seus diários, um dos capítulos mais vergonhosos da história mundial.

Neste sentido, cabe destacar as produções acadêmicas de autores como Raul Hilberg, Samuel D. Kassow, Bernard Wasserstein, Carlos Reiss, Benjamin Ginsberg, Timonty Snyders e Hannah Arendt como reflexões notáveis de uma “experiência-limite” sem precedentes.

Todavia, cabe uma breve justificativa para a escolha do termo *Shoá* na presente pesquisa, tendo em vista que o termo Holocausto é mais conhecido; entretanto, ambos são utilizados pela historiografia. A partir da imediata liberação dos campos até meados da década de 1950 houve uma espécie de silenciamento do que havia acontecido durante a Segunda Guerra mundial¹.

Em meados da década de 1950, surge o conceito holocausto, para o genocídio, antes chamado de massacre, tragédia, destruição². Até então o Holocausto não é uma questão mundial (o Tribunal de Nuremberg-1945 serviu de base para a criação de leis internacionais; o Holocausto contribui com novo arcabouço jurídico).

Os primeiros testemunhos sobre a *Shoá* começam a ser publicados como o do judeu-italiano Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz. *É isto um homem?*, lançado anteriormente por uma pequena editora, De Silva, em 1947, numa edição de 2000 cópias apenas, sem repercussão, é republicado numa edição revisada e expandida, em 1958, pela Editora Einaudi. Levi escreve logo que sai do campo, entende o Holocausto como um fenômeno humano³, trabalha com referências realistas reflexivas.

¹ As razões desse silenciamento serão abordadas no Capítulo III.

² O escritor Elie Wiesel é apontado como um dos responsáveis pela aplicação do termo holocausto nos anos 1950. Ver: FINGUERMAN, Ariel. **A teologia do holocausto**. São Paulo: Paulus, 2012.

³ Essa perspectiva tem a ver com concepção universalista. Para Primo Levi, a Shoá tem a ver com a humanidade, com a condição humana, sem anular ou minimizar o caráter judaico das vítimas.

A sua preocupação é com a experiência: escreve para si, para atender a uma necessidade própria. Não é escritor, mas químico por formação.

Outro testemunho importante é o do judeu-húngaro Elie Wiesel, outro sobrevivente de campos de concentração e extermínio nazistas. A obra *Noite*, publicada em 1955, fala da “antessala do inferno”. Wiesel, diferentemente de Levi, entende o Holocausto como um fenômeno judaico⁴, trabalha com referências realistas descritivas. A sua preocupação é com o testemunho, escrever é um dever de memória. No entanto, até 1960, os testemunhos são considerados fontes ilegítimas.

Com o julgamento de Eichmann⁵ há uma reformulação do conceito Holocausto. Surge o termo *Shoá*, para nomear o projeto de extermínio ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial. Com efeito, o termo Holocausto, ainda muito utilizado no mundo todo, significa oferenda pelo fogo, remete-se ao sacrifício de Isaac (Gn 22, 1-19), possui um caráter religioso. Nesse sentido, pressupõe-se que os judeus foram sacrificados em nome de algo, há uma sacralização do acontecimento, há uma justificativa para o Holocausto.

Por outro lado, a *Shoá*, termo hebraico que significa devastação ou catástrofe, começou a ser usado ainda na Palestina, nos anos de guerra, “[...] quando surgiram os primeiros relatos dos massacres perpetrados na Europa”, destaca Leila Danziger (2007, p. 3). Portanto, o termo não possui cunho religioso e depreciativo como holocausto. Diante disso, fica evidente a escolha de tal termo neste trabalho.

Contudo, há o risco na escolha aparentemente inofensiva do termo, entretanto, este carrega fortes concepções históricas e religiosas conforme demonstrou Leila Danziger: “Todos os termos são parciais e insatisfatórios, impregnados de concepções históricas, políticas, filosóficas, ideológicas e teológicas” (2007, p. 1).

Assim, o termo, apesar de ser extremamente importante, traz uma concepção ideológica. Por isso, é sempre polêmico, gerando diversas discussões, muitas vezes não sendo possível se chegar a um consenso. O fato é que a escolha de um determinado conceito identifica a construção ideológica que está por trás dessa escolha.

Portanto, *Shoá* e Holocausto são concepções que trazem em seu bojo uma perspectiva ideológica. No entanto, é necessário dizer que o termo *Shoá* também não dá conta da complexidade do processo da barbárie.

⁴ Essa perspectiva tem a ver com concepção particular e judeucêntrica da *Shoá*, ou seja, como evento exclusivo do povo judeu, uma contradição com a essência de todas as vítimas, como afirma o sociólogo Moshe Zuckermann (Apud Reiss, p. 159). Essa perspectiva corre alguns riscos como exclusividade ideológica, mitificação e vitimização. Para maior aprofundamento ler a obra **Luz sobre o caos: Educação e memória do holocausto** de Carlos Reiss.

⁵ O julgamento de Eichmann é retomado posteriormente.

2.1 O contexto dos ambientes em que os diários foram escritos

Mas quem são e em qual contexto vivem essas judias adolescentes que registraram em seus diários um dos capítulos mais vergonhosos da história mundial? A alemã Anne Frank, a polonesa Rutka Laskier e a tcheca Helga Weiss viviam confortavelmente em seus países de origem até a chegada de Hitler ao poder, em 1933.

Hitler ofereceu simples soluções que, à primeira vista, faziam sentido para todos. Para o problema do crime, a pena de morte com mais frequência e aumento das sentenças de prisão. Problemas econômicos, segundo ele, eram causados por atores externos e conspiradores comunistas.

Apesar de representarem menos de 1% da população total, os judeus eram o bode expiatório. Tudo era embalado com os *slogans*: “Alemanha acima de tudo”, “Renascimento da Alemanha”, “Um povo, uma nação, um líder”. Assim:

Menos de um ano foi necessário para que a nova ordem nazista se consolidasse. No final de 1933 a Alemanha tinha se tornado um Estado de partido único, no qual todas as principais instituições estavam subjugadas. Em novembro daquele ano, as autoridades alemãs realizaram eleições parlamentares (sem oposição) e um referendo (sobre uma questão para a qual todos conheciam a resposta “correta”) para confirmar a nova ordem. Alguns judeus alemães votaram como os líderes nazistas desejavam que votassem, na esperança de que esse gesto de lealdade os aproximasse do novo governo. Vã esperança! (SNYDER, 2017, p. 25)

A chegada de Hitler ao poder vai fazer com que a vida dessas adolescentes, mesmo de países distintos, tome novos rumos. Ainda em 1933, portanto 6 anos antes da Segunda Guerra Mundial, Adolf Hitler iniciaria a institucionalização de uma ideologia excludente e radical. Não fora possível, no entanto, àquela altura, suspeitar que os nazistas perseguiriam e executariam milhões de civis em um episódio que ficou conhecido como *Shoá*.

Diante da situação e acreditando que a Holanda era um lugar mais seguro para os judeus, o Sr. Otto Frank, pai de Anne, resolveu ir para lá com toda a família, ainda em 1933. Ele vai para dirigir uma empresa que fabrica um estabilizante secreto para geleias. Mal sabiam que os “tentáculos nazistas” os alcançariam.

Baseada na então considerada ciência chamada Eugenia, desenvolvida desde 1883 por um descendente de Darwin chamado Francis Galton, a ideologia nazista seguiu buscando legitimar o racismo e defendendo práticas extremamente polêmicas, como a esterilização e extermínio de grupos genéticos inteiros:

Em termos práticos, a eugenia encorajou a administração científica e “racional” da composição hereditária da espécie humana. Introduziu também novas ideias sociais e políticas inovadoras potencialmente explosivas – como a seleção social deliberada contra os indivíduos supostamente “inadequados”, incluindo-se aí cirurgias esterilizadoras involuntárias e racismo genético (STEPAN, p. 9).

Essa ideologia nazista ficou mais clara com as primeiras leis anunciadas em 1935: as chamadas Leis de Nuremberg. Essas leis de cunho racista visavam limitar os direitos dos judeus. Segundo as novas regras, era proibida a realização de casamentos entre judeus e arianos. Os judeus também não podiam frequentar locais públicos (inclusive hospitais), manter-se em nenhuma função pública, ingressar nas universidades alemãs e muito menos dar aulas nelas, entre outras coisas.

Entretanto, os judeus alemães não imaginavam o nível de violência que ainda estava por vir. Na noite entre 9 e 10 de novembro de 1938, ocorreu a chamada Noite dos Cristais (*Kristallnacht*). A Noite dos Cristais foi uma onda de violência antissemita ocorrida após o assassinato de um embaixador alemão por um judeu na França⁶.

Com a invasão da Polônia dando início à Segunda Guerra, o antissemitismo passa a ser declarado. A política nazista é adotada, espalhando o seu horror em diversos países. Não foi à toa o registro em diário, no dia 3 de setembro de 1939, de Victor Klemperer⁷: “Comentei com Eva [que] a melhor coisa para nós seria uma injeção de morfina, ou algo semelhante; nossa vida estaria no fim” (1999, p. 281).

A guerra vai fazer com que os judeus, passem a viver nos guetos, nos campos e nos esconderijos. E as adolescentes Anne, Rutka e Helga passam a ter como novo lar o anexo na Holanda, o gueto de Bedzin e o campo de Terezin (Theresienstadt), respectivamente.

Os nazistas alemães chegam à Holanda em maio de 1940, depois da cidade holandesa de Roterdã ser fortemente bombardeada pelas Forças Armadas. A invasão à Holanda faz parte de uma série de invasões dos alemães aos países baixos – Bélgica, Luxemburgo e, finalmente, Holanda – e França durante a Segunda Guerra Mundial.

⁶ Em 7 de novembro de 1938, um jovem judeu, enraivecido pela expulsão de sua família da Alemanha, entrou numa embaixada alemã em Paris e disparou cinco tiros contra um diplomata. Três dias depois, o diplomata morria e a Alemanha embarcava numa onda de violência antissemita. Praticamente sem qualquer interferência da polícia ou corpo de bombeiros, cidadãos alemães enfurecidos destruíram templos e saquearam lojas em um episódio que resultou na morte de dezenas de judeus em toda a Alemanha. O nome Noite dos Cristais faz referência ao grande número de vidraças (das lojas judaicas) quebradas pela população naquela madrugada.

⁷Filho de um rabino, Klemperer converteu-se ao protestantismo ainda na juventude, em correspondência com um processo de assimilação admitido e mesmo buscado. Sua condição de alemão – sua germanidade – foi reiterada com o que se chamava de casamento “misto”, isto é, com uma “ariana”. Foi esse casamento, aliás, assim como o fato de ter sido soldado condecorado na Primeira Guerra, que lhe permitiu sobreviver ao furor nazista, apesar das constantes humilhações e ameaças à sua integridade física e psicológica. (Informação retirada da orelha de **Os diários de Victor Klemperer**).

Segundo Raul Hilberg, desde o início, os judeus holandeses estavam vulneráveis devido a sua posição geográfica. Ao leste, o país fazia fronteira com o *Reich*, ao sul, com a Bélgica ocupada e ao norte com o mar aberto. “Era como se os judeus holandeses já vivessem em uma armadilha” (2016, p. 687).

Sob a ocupação nazista, os judeus que viviam na Holanda passaram a ser alvo de leis antissemitas. Crianças judias ficaram proibidas de estudar nas mesmas escolas onde estudavam crianças não judias. Por causa dessa proibição, por exemplo, Anne Frank e sua irmã Margot Frank tiveram que ser transferidas das escolas onde estudavam para um colégio judaico.

Além disso, Hilberg destaca que: “[...] o processo de destruição econômica nos Países Baixos seguiu, em sua quase totalidade, o padrão alemão, desde as demissões de cargos e empregos até a limitação das atividades profissionais dos judeus” (2016, p. 689). Uma empresa judaica na Holanda estava exposta a três destinos: liquidação, “arianização voluntária” ou arianização realizada por uma administração judicial.

As restrições antissemitas seguiram-se em sucessão rápida: os judeus tiveram que usar a estrela amarela em 1942, havia o toque de recolher entre as 20h e as 6h, os transportes públicos só podiam ser utilizados com permissão especial. Essas restrições foram relatadas por Anne Frank em seu diário:

Nossa liberdade foi gravemente restringida com uma série de decretos antissemitas: os judeus deveriam usar uma estrela amarela; os judeus eram proibidos de andar nos bondes; os judeus eram proibidos de andar de carro, mesmo em seus próprios carros; os judeus deveriam fazer compras entre três e cinco da tarde; os judeus só deveriam frequentar barbearias e salões de beleza de proprietários judeus; os judeus eram proibidos de sair às ruas entre oito e seis da manhã; os judeus eram proibidos de frequentar teatros, cinemas ou ter qualquer outra forma de diversão; os judeus eram proibidos de ir às piscinas, quadra de tênis, campos de hóquei ou a qualquer outro campo esportivo; os judeus eram proibidos de ficar em seus jardins ou nos de amigos depois das oito da noite; os judeus eram proibidos de visitar casas de cristãos; os judeus deveriam frequentar escolas judias etc” (FRANK, 2016, p. 27).

Em 22 de junho de 1942, o chefe de deportações, Adolf Eichmann, informou que haviam sido concluídos acordos com as ferrovias para a deportação de 90 mil judeus dos Países Baixos, da Bélgica e da França ocupada para Auschwitz. A cota holandesa era de 40 mil, afirma Hilberg (2016, p.704).

Enquanto a máquina das deportações funcionava, os judeus buscaram esconderijos, como o caso da família de Anne Frank. Havia rumores inquietantes como o relato no jornal clandestino *De Oranjekrant*, em janeiro de 1943, de que os judeus nos trens especiais haviam sido “mortos a sangue frio com gás” durante a viagem (HILBERG, 2016, p.717).

A família de Anne Frank, que havia fugido da Alemanha para se proteger da política nazista, acaba virando refém dela, na Holanda. Do anexo secreto, esconderijo utilizado de 6 de julho de 1942 até serem descobertos pela SS em 4 de agosto de 1944, toda a família é levada para Auschwitz. Apenas Otto Frank sobrevive.

Enquanto Anne vivia as suas agruras no anexo, Rutka Laskier vivia as suas no gueto de Bedzin, na Polônia. Os nazistas ocupam Bedzin em 4 de setembro de 1939, incendiam a grande sinagoga e logo criam o gueto.

A situação no gueto era de uma enorme precariedade, desde moradias, alimentação e ofertas de trabalho insuficientes, além de serem obrigados a andar com uma estrela de identificação:

Se as expulsões eram consideradas medidas temporárias em direção a objetivos intermediários, a segunda parte do programa de Heydrich, que decretava a concentração dos judeus em guetos fechados, tinha a finalidade de ser nada mais que a preparação de um recurso provisório para a derradeira emigração em massa das vítimas (HILBERG, 2016, p. 239).

Rutka e sua família passam a viver no gueto aberto. Podem circular, com restrições, é claro, mas até março de 1943, quando o gueto é enfim fechado. Logo depois, são transferidas para uma nova rua, o que deixa evidente que, rapidamente, a situação vai ficando ainda mais tensa para os moradores do gueto.

Com as ruas ficando cada vez mais vazias, Rutka percebe que muitos já haviam sido deportados. Ela escreve em seu diário: “[...] a cidade está praticamente vazia; agora quase todos moram em Kamionka”⁸ (LASKIER, 2008, p. 43). Essa realidade descrita está relacionada com o avanço da Solução Final. Muitos judeus já haviam sido enviados às câmaras de gás, daí a razão para o gueto estar vazio.

Diferentemente de Anne, Rutka e seus vizinhos, a princípio, circulavam pelo gueto (O cercamento do gueto de Bedzin só ocorre entre abril e agosto de 1943, depois foi liquidado). O seu pai, Yacoov Laskier, fazia parte da esquerda ativista (movimento de resistência), o que possibilitava que estivessem sempre informados, daí a diferença dos seus registros.

Além disso, Rutka trabalhava numa oficina de costura de uniformes para a Wermacht⁹: “Hoje fui designada ao meu local de trabalho. Na segunda-feira às seis e meia, já terei que estar na fábrica. Que droga! Seis e meia é horrivelmente cedo; se ao menos tivéssemos no verão” (LASKIER, 2008, p. 37; 42).

⁸ Em maio de 1943, a área do gueto foi reduzida a umas poucas ruas do bairro de Kamionka.

⁹ Segundo decreto promulgado na Polônia ocupada, todos os judeus entre catorze e sessenta anos de idade eram obrigados a trabalhar.

Ao se reportar a situações estarrecedoras da vida no gueto de Bedzin, Rutka assinala: “Isso soa como uma história da carochinha e os que não a presenciaram não irão acreditar; mas não é uma história e sim a mais pura verdade” (LASKIER, 2008, p. 28). Essa passagem do diário revela a dureza dos fatos, o quanto a vida no gueto era difícil.

Segundo Raul Hilberg, a vida no gueto era uma total submissão à autoridade alemã. “Fisicamente o habitante do gueto estava encarcerado”, “[...] ele nunca estava a mais de alguns minutos de caminhada de um muro ou uma cerca”, “[...] ainda tinha que usar a estrela e, à noite, durante as horas do toque de recolher, era forçado a ficar dentro do apartamento” (2016, p. 262).

Em 5 de agosto de 1943, Rutka Laskier, consciente do seu local de destino, foi enviada com sua família para Auschwitz. Apenas seu pai, Yacoov, sobreviveu ao extermínio nazista.

Bem próximo a Rutka, vivia Helga Weiss, na Tchecoslováquia. Ainda em 15 de março de 1939, a Tchecoslováquia ficou sob a “proteção” do *Reich* alemão, ganhando um novo nome: Protetorado da Boêmia e Morávia. Desde então, as leis antissemitas já começavam a circular por ali. Helga relata: “Mal se sabe o que se pode ou não fazer. É proibido ir a cafeterias, cinemas, teatros, parques... É tanta coisa que nem consigo lembrar” (WEISS, 2013, p. 31). Quando a guerra estourou, ninguém se surpreendeu.

Um campo de concentração para os judeus da República Tcheca é aberto pelos nazistas em 24 de novembro de 1941. Terezin era um município tcheco com 3.498 habitantes que foram evacuados por Heydrich para a implantação do campo.

No mês seguinte, Helga é deportada com sua família para lá: o campo de Terezin (Theresienstadt). Ao chegar, ela relata os momentos de tensão: À nossa frente, há um edifício enorme – alojamentos, aparentemente. Eles nos conduzem para dentro. “Homens à esquerda, mulheres em frente”. Mas o que é isso? Não posso segurar a mão do meu pai? “Depressa, depressa, você não ouviu? “Tchau, pai!” (WEISS, 2013, p.67)

Esse campo era considerado um “campo modelo” de Hitler. Em Terezin estava a elite da época: artistas e intelectuais. À noite, os prisioneiros improvisavam pequenos ateliês de desenho, peças clandestinas em diferentes línguas, promoviam saraus, dedicados às crianças com leituras de histórias, marionetes, e canções compostas no campo.

Os nazistas, inclusive, se aproveitaram disso quando receberam as visitas da Cruz Vermelha, que acabou constatando que Terezin era um campo voltado para artes. Os judeus foram proibidos de se comunicarem com os oficiais da Cruz Vermelha e deveriam preparar exemplos do bom tratamento recebido ali.

Em outubro de 1944, Helga chega com sua família a Auschwitz e fica surpresa com o local: “Então é assim um campo de concentração; eu nunca poderia imaginar. As pessoas vivem dessa forma há vários anos. E nós nos queixamos de Terezin. Era um paraíso absoluto comparado a isto aqui” (WEISS, 2013, p.139).

A surpresa de Helga não quer dizer que, de fato, ela e sua família vivessem num paraíso. Terezin era um campo de trânsito, e não de extermínio. As pessoas passavam por ele, antes de serem tragadas pelas chaminés dos campos.

Diante do exposto, fica claro que essas adolescentes judias, de nacionalidades distintas puderam sentir na pele o estrago de uma política racista, intolerante, fascista e fanática. Portanto, a *Shoá* não foi simplesmente um produto do ódio, mas de um projeto de extermínio, de defesa da pureza da raça. “A motivação básica foi puramente ideológica, enraizada num mundo perfeito e ilusório de imaginação nazifascista”, destaca Carlos Reiss (2018, p. 146).

Por fim, elas não tinham a menor pretensão de serem resistentes, mas a situação transformou-as em resistentes. Apesar de seus destinos culminarem em Auschwitz, Auschwitz não deu a palavra final. A palavra final está de alguma forma eternizada em seus diários porque, ao escreverem, resistiram.

2.2 Escritas de si como referência de identidade

Espero contar tudo a você, como nunca pude contar a ninguém, e espero que você seja uma grande fonte de conforto e ajuda (FRANK, 2016, p.19).

Notei que quando escrevo sinto o coração muito mais leve depois. É como se tivesse me confessado com alguém (LASKIER, 2008, p. 24).

O diário, segundo Philippe Lejeune, é uma espécie de refúgio, onde o diarista faz dele um confidente, um lugar especial para descarregar as emoções: “O diário é um espaço onde o eu escapa momentaneamente à pressão social, se refugia protegido em uma bolha onde pode se abrir sem risco, antes de voltar, mais leve, ao mundo real” (2014, p. 303).

Esse instrumento entendido como destinatário de segredos, feito longe dos olhares dos outros, envolto em certa magia pelo seu caráter sigiloso e atravessado pela experiência particular tem a “[...] pretensão de abraçar a existência” (LEJEUNE, 2014, p. 335).

O diário insere-se no contexto da escrita de si, um ramo de pesquisa sobre registros da vida social, profissional, familiar, afetiva, religiosa, com o intuito de criar uma memória e uma versão que sobreviva à sua existência. Além do diário, a escrita de si engloba cartas, bilhetes, arquivos pessoais ou de famílias e demais formas de registros individuais. Todos

constituem fontes de pesquisa que subsidiam obras nas áreas de Antropologia, Sociologia, Filosofia, História, entre outras.

Entretanto, o processo de escrita de si é tão antigo quanto o próprio processo de escrita se considerar que o registro do cotidiano do sujeito, de forma não oral, é anterior ao próprio aparecimento da escrita formal, evidenciado nas pinturas rupestres, que eram desenhos feitos pelos homens pré-históricos, cujo objetivo era contar seu dia a dia, suas dificuldades em encontrar alimentos, seus ritos aos deuses, suas batalhas contra os predadores. Assim, antes mesmo de se inventar mecanismos formais de escrita, havia a preocupação de registrar fatos sobre si.

Denise Schittine aponta o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna como sendo o início do processo de escrita de si, tal qual conhecemos hoje. Trata-se de escritas individuais, onde o diário pessoal é um dos maiores representantes desse gênero. Antes disso, esses escritos tinham caráter público, como explica Schittine: “Apesar da tradição coletiva inicial dos diários, presente nos livros comunitários e nos diários de bordo, o caráter privado tornou-se um traço forte e conformador da escrita íntima desde o Renascimento europeu” (2004, p. 32).

A prática do diário pessoal ainda sem intuito de divulgação pública começa no Renascimento europeu, no âmbito do individualismo e do culto à personalidade, característicos da época (CAEIRO, 1980, p. 390).

O Renascimento trouxe uma experiência de perda de referências coletivas devido à falência do mundo medieval e à abertura do ocidente ao restante do mundo. Com isso, houve uma desagregação de velhas tradições, a perda de referências coletivas, como a religião, a “raça”, o “povo”, a família, que obriga o homem a construir referências internas. (FIGUEIREDO; SANTI, 2008, p. 24-25). Surge um espaço para a experiência da subjetividade privada: quem sou eu, como sinto, o que desejo, o que considero justo e adequado?

No entanto, Cunha (2015) afirma que a significativa produção de diários coincide com a ascensão política e social da burguesia e o desenvolvimento da vida nas cidades, aliados aos progressos da alfabetização feminina a partir dos finais do século XIX.

Ângela de Castro Gomes, ao tratar sobre o assunto, afirma que essa prática está relacionada à modernidade, ou melhor, ao desenvolvimento da sociedade em relação ao indivíduo ou à construção da noção de individualidade. A autora afirma:

Na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo indivíduo e que disponibilizou instrumentos que permitiram o registro de sua identidade, como é o caso da difusão do saber ler, escrever e fotografar abriu espaço para legitimidade do desejo de registro do homem “anônimo”, do “indivíduo comum”, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentais a partir da ótica da produção de si (2004, p.13).

Porém, ainda prevalece uma tendência para o confessional, com fins domésticos, educacionais e religiosos. As mulheres geralmente utilizavam-se dos diários para registrar a sua rotina, ou seja, a vida doméstica era o principal assunto e raras vezes tratavam dos seus sentimentos e de questões relativas ao corpo, assuntos impróprios para a época.

Outra prática que os envolvia era a de instrutora/mãe com o intuito de acompanhar e avaliar o aprendizado da escrita do filho/aluno e fins religiosos: “A escrita do diário era um exercício recomendado, principalmente pela Igreja, que o considerava um instrumento de direção de consciência e de controle pessoal. O mesmo ocorria com os protestantes” (PERROT, 2017, p. 29).

Apesar disso, cabe ressaltar que, ao longo da história, houve pouquíssima valorização da escrita feminina, já que seu acesso à escrita foi tardio, e, por vezes, essas mesmas encontraram uma maneira de descartar suas próprias memórias: “São elas mesmas [mulheres] que destroem, apagam esses vestígios porque julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito” (PERROT, 2017, p. 17).

Nesse contexto, cabe ainda ressaltar que é possível associar o uso dos diários pessoais a uma prática cultural pertencente às pessoas que tinham poder aquisitivo, já que a forma de ocupar o tempo livre estava relacionada à condição econômica das famílias. Essa concepção (CUNHA, 2015, p. 256) propõe, além de acesso à alfabetização, uma casa burguesa com espaços individualizados, em especial com o auxílio de um quarto próprio, que possibilitava um reduto para a escrita desses diários.

Isso indica o quanto a condição do lar permitia o desenvolvimento dos pensamentos sobre a vida íntima, das questões cotidianas, dos sentimentos e assim por diante. Talvez por esse motivo as mulheres das classes populares, em geral, estavam excluídas dessa prática, uma vez que não possuíam condições materiais e até residenciais que lhes garantissem maior intimidade ou isolamento, destaca Maria Teresa Cunha.

Portanto, muitas lembranças escritas delegadas a um pequeno grupo de mulheres letradas, materializadas através de cartas e diários foram perdidas com o passar dos anos. Daí a dificuldade de encontrar documentos que dão vozes às mulheres, o que evidencia a

relevância dos diários como locais que recordam a visão feminina de dado contexto e momento histórico, destaca Michelle Perrot (2017).

O diário teve seu ápice no século XX. A racionalidade da Modernidade instigara o sujeito à reflexão pessoal, ao questionamento de suas ações e atitudes. Essa escrita de foro íntimo adquire um *status* mais privilegiado, onde se incluem os diários, correspondências e autobiografias.

Além disso, é ainda no século XX, na crise das duas guerras mundiais, que o diário pessoal se converte em diário para uso externo, passando inclusive a traduzir-se em protesto contra a barbárie humana, uma necessidade de denúncia pública como anseio de mudança (CAEIRO, 1980, p. 390). Vários diários são escritos como uma forma de testemunhar e resistir às atrocidades das guerras.

Mas o que é um diário? A palavra nos diz, em primeiro lugar, que é uma escrita quotidiana: uma série de vestígios datados. Ele constitui um dos tipos de escrita de si geralmente cercado, pelo autor, de cuidados para que seus segredos permaneçam bem guardados, especialmente pela natureza íntima das escritas nele contidas, já que é, em primeiro lugar, para si que se escreve um diário (LEJEUNE, 2014, p. 299; 302).

A decisão de escrevê-lo é uma iniciativa que varia de acordo com a intenção do autor como: narrar fatos ocorridos naquele dia, contar um segredo que não pode, não quer ou não deve compartilhar, pode anotar periodicamente expressões de saudade, alegria, tristeza, confissões, desejos mais íntimos, sonhos, desabafos, fantasias. Enfim, pode abordar desde aspectos políticos, econômicos, sociais, religiosos e históricos, até os relatos de viagem, ou ainda ser um misto de tudo isso.

Para Maurice Blanchot, há uma necessidade latente que move o ato da escrita do diarista, que o protege do desespero de não ter nada a dizer: “[...] escreve-se para salvar a escrita, para salvar sua vida pela escrita, para salvar o seu pequeno eu (as desforras que se tiram contra os outros, as maldades que se destilam) ou para salvar seu grande eu, dando-lhe um pouco de ar, e então se escreve para não se perder na pobreza dos dias” (2005, p. 274).

Diferentemente das autobiografias que são narrativas do passado, os diários são escritos do presente com vistas ao futuro, são marcados pela rotina, pelo dia e hora, ou seja, possuem entradas e datação, que dão conta do dia em que a narrativa ocorreu. Lejeune faz, ainda, algumas considerações fundamentais para a identificação e compreensão de alguns elementos como: data, entradas, autenticidade e vestígios. Comenta que a data é a base do diário:

A base do diário é a data. O primeiro gesto do diarista é anotá-la acima do que vai escrever. [...] A datação pode ser mais ou menos precisa ou espaçada, mas é capital. Uma entrada de diário é o que foi escrito num certo momento [...] O diário é um vestígio: quase sempre uma escritura manuscrita, pela própria pessoa, com tudo o que a grafia tem de individualizante. [...] O diário é uma série de vestígios. Ele pressupõe a intenção de balizar o tempo através de uma sequência de referências. O vestígio único terá uma função diferente: não a de acompanhar o fluxo do tempo, mas de fixá-lo em um momento-origem (2014, p. 300-301).

O autor destaca, ainda, a utilidade do diário: conservar a memória (“[...] terei um rastro atrás de mim, legível, como um navio cujo trajeto foi registrado no livro de bordo”), sobreviver (“[...] o diário é apelo a uma leitura posterior”), desabafar (“[...] decepções, raiva, melancolia, dúvidas, mas também esperanças e alegrias”), conhecer-se (autoestima, autobiografia, construção de imagem positiva), deliberar (fazer balanço de hoje e preparar para amanhã: “[...] o diário está voltado para o futuro”), resistir (aguentar, suportar a espera), pensar e escrever (LEJEUNE, 2014, p. 302-306).

Além da utilidade, Lejeune destaca que esse instrumento entendido como destinatário de segredos esconde um aparente paradoxo, um desejo de ser lido. Em alguns casos o diarista possui o desejo de que um dia o seu registro seja revelado, de deixar que sua história transcenda a esfera privada e alcance a pública, o que fica evidente nos diários das adolescentes analisados nesta pesquisa.

Assim, a escrita de si caracteriza o escritor e revela as nuances do período histórico no qual está inserido¹⁰. Essa escrita é vista por Lejeune como fonte de pesquisa e, nesse caso, o diário pessoal de alguém desconhecido possui valor literário e histórico.

Diante do exposto, destacar a singularidade de um diário feminino nesta pesquisa torna-se imprescindível, já que os documentos históricos, oficiais ou não, foram praticamente escritos por homens, uma vez que as mulheres tiveram menos acesso aos direitos sociais, civis e políticos, o que inclui o acesso à educação escrita, como citado anteriormente.

Embora ainda de forma limitada ao espaço doméstico, ao falarem de si através dos diários, as mulheres romperam com o silêncio imposto por um modelo ocidental patriarcal, onde seu universo era conhecido a partir do imaginário masculino. Desse modo, elas

¹⁰ É pertinente destacar que com o início da era digital no fim do século XX, o diário pessoal, tradicional, vem cedendo espaço para uma nova forma de escrita de si, os diários virtuais publicados em blogs na internet, que buscam uma exposição para um número indefinido de destinatários. É importante estar atento a essa nova forma de escrever sobre si, pois ela revela importantes características desse novo molde social contemporâneo, onde a internet aparece como grande ferramenta que possibilita a interação social e também entender como os homens e mulheres pensam, o que sentem e como as questões sociais de seu tempo vem influenciando o seu modo de ser no mundo.

permitiram, além de se comunicar e de guardar a sua memória, um olhar próprio sobre si, e não mais um olhar de um homem sobre elas.

Nesse sentido, os diários das adolescentes mulheres Anne, Rutka e Helga, tornam-se instrumentos de resistência e conservação da memória, ao não apresentarem apenas vestígios do seu cotidiano, mas desvendarem um pouco mais os sujeitos femininos em contextos tão distintos e ao evidenciarem, ainda, os percalços enfrentados em sua época.

Centradas numa experiência particular, têm a consciência de que o que se escreve se enraíza, já que cada dia anotado é um dia preservado (BLANCHOT, 2005, p. 270; 273). Portanto, essa atividade discreta cujo gosto pela escrita e a preocupação com o tempo são suas características principais é uma espécie de arquivo onde a prática torna-se um ato social.

Talvez não fosse ousado dizer que os diários de Anne, Helga e Rutka foram escritos para acompanharem suas vidas o mais tempo possível, pressupondo uma continuação que as protegessem da ideia de fim, ou seja, “[...] uma face aparente voltada para o passado e uma face virtual voltada para o futuro” (LEJEUNE, 2014, p. 313).

No entanto, há uma descontinuidade nos diários pesquisados, a suspensão involuntária devido à guerra e à morte. Para Anne e Rutka a última palavra de seus diários é a morte: “[...] o fim da escrita e o fim da vida se perfilam juntos no horizonte” (LEJEUNE, 2014, p. 322), ou seja, cessa a escrita, assim como cessa também a vida. Em contrapartida, Helga, de certa forma, recupera a vida ao reencontrar, mais tarde, os seus manuscritos.

Assim, os diários dessas adolescentes são uma espécie de filtro que retêm algumas facetas de suas vidas, deixando implícito o supérfluo e criando, ao mesmo tempo, um sentido para aquilo que faz sentido (LEJEUNE), que é essencial: os diários não apenas estabelecem uma continuidade entre hoje e ontem, mas, pouco a pouco, com a vida inteira, escapando ao presente para se comunicar com um imenso porvir.

2.3 O diário enquanto fonte histórica

Apesar de intrigantes e sedutores, os diários, por muito tempo, foram objetos de crítica pelos intelectuais, ficando à margem, não conseguindo legitimar-se como documento ou fonte, que é a base para a investigação histórica. Afinal, a História se faz com documento.

A construção do conhecimento historiográfico dá-se a partir de materiais concretos que são as fontes ou documentos. Mas o que é um documento histórico? De acordo com Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch, o documento

[...] é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”; o documento em si, torna-se uma personagem histórica, com a beleza da contradição e da imprevisibilidade, com as marcas do humano (2015, p. 24).

O diário passou a ser considerado objeto de reflexão histórica, a partir da renovação da pesquisa histórica com a terceira geração dos Annales, nos anos 1920, na França. Este movimento pretendia ampliar o repertório de fontes históricas, liderado pelos professores da Universidade de Estrasburgo, March Bloch e Lucien Febvre. Esta corrente foi um marco na expansão dos horizontes da historiografia.

Com a Escola dos Annales, ao mesmo tempo em que se amplia o campo do historiador, amplia-se, também, a tipologia das fontes, desestabilizando o historicismo, cujo foco residia apenas sobre as fontes oficiais impressas e o positivismo, cuja visão era estritamente científica.

Essa expansão documental “[...] não diz respeito apenas a novos objetos ou à inclusão de personagens comuns, mas ao próprio caráter holístico do trabalho” (KARNAL; TATSCH, 2015, p. 22), ou seja, o que torna a fonte relevante é a análise que se faz dela.

Para os Annales, o historiador "constrói" e problematiza seu objeto (história-problema), podendo expor, inclusive, uma análise mais subjetiva. O que significa não reduzir o agir humano a um conjunto de ideias e nem planejando a realidade histórica na interpretação de textos de época. Com os Annales, a história aufere análise e discurso mais científicos, dinâmicos e interdisciplinares.

Com a segunda geração dos Annales (1946-1969), as fontes históricas passam a ser vistas como partes homogêneas de um mesmo período, podendo ser estudadas em série, e permitindo ao historiador perceber permanências e variações ao longo do tempo (longa duração). Apesar do viés analítico desta geração ter sido o econômico, daí a necessidade da quantificação e da serialização, abriu espaço para novas fontes históricas, como os arquivos notariais e paroquiais, por exemplo.

A partir de 1968, a terceira geração dos Annales mudou novamente os rumos da historiografia, sendo considerada o fim desta corrente historiográfica. A mudança não se deu apenas em termos institucionais, mas a própria época trouxe novos desafios ao historiador. Antigas abordagens foram retomadas, tais como a narrativa, o viés político, a biografia.

Assim, novos modos de observação foram inseridos, como o caso da Micro-História. Por fim, as preocupações historiográficas do historiador sofreram um deslocamento para o

âmbito da cultura, fortalecendo o modelo de teórico que conhecemos como História Cultural, que praticamente monopolizou os estudos históricos.

Foi nesta terceira fase dos Annales que eclode a diversificação de objetos de análise histórica, sofrendo até críticas, como as de François Dosse, em *A História em Migalhas*, que considerou que a mudança trouxe consigo a fragmentação excessiva do conhecimento histórico.

Além disso, a própria abordagem histórica amplia-se ainda mais, não apenas porque a interdisciplinaridade manteve-se nas três gerações dos Annales, mas também pelo aumento exponencial do diálogo da História com a Antropologia, o que se levou a pensar em uma "virada antropológica".

Portanto, a História Cultural inovou o conceito de fonte e promoveu revisões na forma da escrita da História. Foi marcada pelo diálogo com a Antropologia Social, cujo objetivo foi identificar novos objetos e problemas por meio do conceito de cultura, desviando das análises positivistas ou utilitárias. Concentrando seu foco sobre os costumes, nos aspectos culturais de um grupo social ou da sociedade.

Consequentemente, dois dos objetos que mais atraíram a atenção dos historiadores da cultura foram o folclore e a literatura de cordel, na qualidade de situações atípicas de produção cultural pelo povo, marcadas pela produção de poucas fontes que dessem conta dos verdadeiros aspectos e modos de pensar e ver o mundo do povo.

Esta corrente trouxe mudanças significativas para os estudiosos deste campo, como a aproximação entre os estudos históricos e o conceito de representação. As representações são percebidas como extremamente significativas, já que é a partir delas que as sociedades observam a realidade e definem a sua existência.

De acordo com Peter Burke (2005), para fins didáticos, pode-se dividir as fases da História Cultural em: História Clássica, de 1800 a 1950; História Social da Arte, de 1930 a 1940; redescoberta da História Cultural Popular, em 1950 e 1960 e a Nova História Cultural, a partir dos anos 1970.

No período da História das culturas clássicas, desenvolve-se na Alemanha uma unidade mais cultural que política, com ênfase nos estudos do espírito da época ou história da mente e temas como símbolos, sentimentos e formas, ou seja, importância simbólica em detrimento do político e do econômico.

Desse modo, o movimento da História Cultural trouxe uma nova perspectiva, não recusando, de modo algum, os padrões cultos e eruditos, mas revelando especial apreço pelas manifestações das massas anônimas: festas, resistências, crenças e símbolos, vistos como

expressões legítimas de uma dada consciência das sociedades humanas. Esta ideia é chave para a ampliação do diálogo entre diversas disciplinas, redimensionando as relações entre história e literatura, história e antropologia, por exemplo.

Segundo Sandra Jatahy Pesavento, “[...] a sensibilidade está no cerne da História Cultural, que se propõe a trabalhar com as formas pelas quais os homens, a partir de sua história, representam a si próprios e ao mundo” (Apud CUNHA, 2015, p. 253). Nessa perspectiva, os diários pessoais são fontes a partir das quais é possível “[...] capturar sensibilidades do passado, através dos traços objetivos que estas deixaram para o presente” (CUNHA, 2015, p. 253).

Nesse sentido, a história da memória é outra forma de Nova História Cultural, voltada para um forte interesse popular pelas memórias históricas, “[...] uma reação à aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar aquilo que somos que fomos”, pois “[...] à medida que os acontecimentos retrocedem no tempo, perdem algo de sua especificidade”, embora se saiba que as memórias serão sempre distorcidas e contaminadas pela cultura, por grupos diferentes, por momentos diferentes (BURKE, 2005, p. 88).

A obra de Pierre Nora, com o título *Les Lieux de mémoire*, publicada em sete volumes entre 1984 e 1993, dedicada à “memória nacional” na França marca o interesse acadêmico pelo tema. Outros projetos coletivos são publicados posteriormente na Itália, Alemanha e outros lugares, como destaca Burke (2005).

Portanto, o estudo dos diários pessoais insere-se na perspectiva da Nova História Cultural, voltada para os “lugares de memória”, para as “representações” e “sensibilidades”, preocupando-se em contextualizar estratégias do discurso e estabelecer relações em diferentes tecidos sociais. Nesse sentido, os diários tornam-se documentos importantes para “[...] compreender as práticas culturais de uma época, ressaltar elementos para o entendimento de vidas comuns e/ou entrecruzar fatos e tempos e analisar os diferentes sentidos que os marcaram” (CUNHA, 2015, p. 252).

Assim, os diários como escrita de vida, produzidos individualmente, são considerados fontes históricas ao conterem registros de práticas sociais, permitindo aos historiadores perceberem as muitas maneiras de viver e de pensar de determinada época. Como exemplifica esse trecho de *O diário de Rutka*: “Simplesmente, não consigo acreditar que ainda chegará um

dia em que poderei sair de casa sem a *judensztern*,¹¹ que um dia a guerra terá um fim...” (2008, p. 26).

Em *O diário de Helga*, por sua vez, cabe destacar:

Infelizmente, os alemães pensam que estamos bem demais e concebem mais coisas para espezinhar nossa vida tranquila. Desta vez, tiveram uma grande ideia que orgulharia até a Idade Média. Marcar os judeus de uma forma bem visível. Estrelas! Amarelo intenso, com a palavra JUDE (2013, p. 39).

Outro trecho bastante interessante encontra-se em *O diário de Anne Frank*: “Nossa liberdade foi gravemente restringida com uma série de decretos antissemitas: os judeus deveriam usar uma estrela amarela; os judeus eram proibidos de andar nos bondes...” (2016, p. 27) Portanto, cabe ao historiador problematizar o registro dessa memória individual, como alicerce para o estudo de experiências coletivas, já que [o diário] se nutre de acontecimentos coletivos que impactam o diarista e fizeram parte da experiência de sua realidade, como afirma Maria Teresa Cunha (2015, p. 259).

Como toda a fonte, o uso dos diários requer certos cuidados. Ela constrói uma representação acerca da realidade, portanto é necessário considerar a elaboração de sua escrita, o texto, o contexto e a leitura. Todo documento é fruto de uma sociedade regida pelas relações de força; portanto, é necessário que o historiador construa hipóteses que problematizem a fonte, cruze dados dessa fonte com o de outras fontes provenientes de outros locais de produção e considere o passado ali descrito uma representação do vivido, como destaca Cunha (2015, p. 260).

Assim, com a renovação da pesquisa, os diários passaram a servir de fontes para pesquisas históricas. Philippe Lejeune, importante pesquisador francês, citado anteriormente, iniciou as suas primeiras pesquisas com diários na década de 1970, buscando trazer à vista, aqueles suportes que eram esquecidos em sótãos e armários.

Para estudiosos como ele, esses diários possuem grande valor de pesquisa, pois neles estão impressões pessoais sobre fatos diversos, registros de momentos de êxitos e fracassos diante de crises, arquivos de histórias para auxiliar em uma futura narrativa memorialística, amores contabilizados, relatos de aventuras de viagens, a educação dos filhos, entre tantos outros temas, como destaca Lejeune (2014).

¹¹ Refere-se à braçadeira branca com uma estrela de Davi, que é substituída em setembro de 1941, por uma estrela de Davi amarela com a palavra Jude (judeu) em seu centro, que todos os judeus eram obrigados a usar no peito.

Como citado anteriormente, o estudo de diários está inserido no ramo de pesquisa denominado “escrita de si”, recente no Brasil, sobretudo na História, na qual a produção com esse tipo de fonte ainda é incipiente. Porém, mostra-se tão crescente a ponto de ser encontrada numa série de capítulos de livros nos quais se discutem as fontes históricas, por exemplo, *Escrita de si, escrita da história* (GOMES, 2004), *O historiador e suas fontes* (PINSKI; LUCA, 2009).

Os primeiros trabalhos realizados no Brasil utilizando diários pessoais como fonte de pesquisa foram de pessoas famosas e influentes socialmente como o de D. Pedro II (LAPA, 1976); do presidente Getúlio Vargas (VARGAS, 1995); do general Couto de Magalhães (MAGALHÃES, 1998)¹²; do cronista e compositor dos anos 1950 Antônio Maria (SANTOS, 2002); o diário de Bernardina, filha do presidente Benjamin Constant (CASTRO, 2004); entre outros.

Entretanto, outros pesquisadores de diários pessoais, tanto de anônimos como de personalidades famosas, merecem destaque: Tânia Regina Oliveira Ramos, que fez pesquisa com agendas de adolescentes entre 13 e 17 anos; Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo e Maria Teresa Santos Cunha, que trabalham com a escrita epistolar feminina, além dos trabalhos de Marina Maluf, Sérgio Barcellos, Heloisa Pontes, entre outros.

Desse modo, estudos em diversas áreas de conhecimento que têm os diários pessoais como principal foco de discussão e investigação têm sido publicados. Tanto na área de História, como em Antropologia, em Psicologia, em Letras, existem trabalhos que os utilizam como principal fonte de investigação. Contudo, a grande maioria publicada e utilizada em pesquisas ainda são os diários de pessoas famosas ou personalidades, sendo que os diários de pessoas comuns ainda estão na margem dos estudos, sobretudo em História.

Enfim, o que se pretendeu até o momento foi defender a ideia de que os diários, descartados por um longo tempo pela historiografia, podem e devem ser considerados fontes históricas produzidas na esfera da subjetividade e apresentam ricas informações do passado. Podem até mesmo proporcionar uma releitura de determinado acontecimento ou momento histórico, pois é papel da História analisar os cortes temporais e problematizar a memória, a fim de entender o passado.

Portanto, é possível afirmar que os diários pessoais podem ser considerados fontes históricas que sobreviveram ao tempo e ao descarte. Apesar de conterem grande carga de

¹² Márcio Couto Henrique aprofundou a sua pesquisa sobre esse diário na tese de doutorado, na área de Antropologia (2008), publicada em 2009 pela editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

subjetividade, como qualquer documento, possibilitam ao historiador outro olhar sobre o passado, uma espécie de reconstituição da vida. Através deles é possível ter acesso à memória familiar, à linguagem, aos comportamentos, aos acontecimentos de uma determinada época.

Os diários saíram da alcova e ganharam o mundo consagrando-se como fontes de pesquisa das mais variadas áreas do conhecimento. Tornaram-se importantes documentos ao estarem inseridos num contexto social, político, econômico e cultural e ao exercerem uma estratégia de resistência (ideia que será desenvolvida posteriormente), como foi o caso de Anne, Rutka e Helga, ao fazerem o registro de suas experiências.

2.4 Os diários

2.4.1 O Diário de Anne Frank

“O papel tem mais paciência do que as pessoas” (FRANK, 2016, p. 25), escreve a adolescente alemã nas primeiras páginas de seu diário, que ficou conhecido como *O diário de Anne Frank*¹³. Este diário, muito famoso no mundo inteiro, narra como oito pessoas conseguiram viver na clandestinidade cerca de dois anos na esperança de sobreviver à política nazista.

¹³ Dentre os três diários, sabemos que o de Anne Frank é o mais conhecido mundialmente. Recentemente saíram algumas notícias divulgadas pela internet a respeito: 1) As cartas de Anne para a sua avó foram traduzidas para o inglês e serão publicadas pela primeira vez. A correspondência foi trocada entre 1936 e 1941, período anterior ao diário. Os escritos serão reunidos em uma edição que contará com toda a "obra" de Anne Frank; 2) Depois de mais de 70 anos, pesquisadores decifram o conteúdo de duas páginas do diário de Anne Frank que haviam sido escondidas debaixo de um papel pardo, anunciou a Fundação Anne Frank, em Amsterdã. As páginas escritas pela jovem judia continham piadas atrevidas e uma explicação franca sobre sexo, contracepção e prostituição. "Os textos nos aproximam mais da garota e da escritora Anne Frank". Anne escreveu as páginas que foram ocultadas em 28 de setembro de 1942, menos de três dias depois dela e de sua família se esconderem dos nazistas no fundo de uma casa em Amsterdã. Provavelmente temendo que alguém pudesse ler o que escreveu, Anne cobriu as páginas com o papel pardo. O conteúdo das páginas permaneceu um mistério por décadas. Nelas, além de um texto sobre sexualidade feminina, os pesquisadores descobriram quatro piadas sobre sexo, que Anne as classificou como sujas; 3) Nos 90 anos de Anne Frank, seguem investigações sobre possível traição. Até hoje permanece o mistério sobre como as oito pessoas que passaram dois anos escondidas em sótão foram encontradas pelos oficiais nazistas.

Disponível em:

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/05/cartas-de-anne-frank-escritas-para-avo-serao-publicadas-pela-primeira-vez.html?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=post&fbclid=IwAR1-D9zuumd1u0i8XMeCMVJulwAxpPrsvX01amVFucpAIZbAhUIt06k4cjo>. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/pesquisadores-decifram-paginas-ineditas-de-diario-de-anne-frank.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/nos-90-anos-de-anne-frank-seguem-investigacoes-sobre-possivel-traicao-18062019>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Os registros datam de 12 de junho de 1942 — quando Anne ganha o diário de presente de aniversário — a 01 de agosto de 1944, último registro. As situações cotidianas da vida de uma adolescente, o cerco que se fechava em torno dos judeus e a difícil convivência na clandestinidade são, basicamente, o assunto do diário¹⁴.

Anne nasce em 1929, em Frankfurt. Porém, como tantos judeus, emigra com sua família para a Holanda em 1933, com a chegada de Hitler ao poder. Com a invasão da Alemanha nazista, em 1940, os 140 mil judeus que viviam na Holanda passam a sofrer com as medidas antissemitas.

Casar com não judeus, praticar esportes em público, andar de bonde, circular por determinadas ruas, frequentar determinadas escolas eram algumas das inúmeras proibições impostas: “Depois de maio de 1940, os bons momentos foram poucos e muito espaçados: primeiro veio a guerra, depois, a capitulação, em seguida, a chegada dos alemães, e foi então que começou o sofrimento dos judeus” (FRANK, 2016, p. 27).

Diante da situação cada vez mais deplorável, desde o início de 1942, Otto Frank, pai de Anne, com a ajuda de funcionários de suas empresas, Kleiman, Kluger e Jan Gies, trabalha para adaptar o prédio comercial em um esconderijo seguro para a sua família e a família de um amigo (FRANK, 2016, p. 20)¹⁵.

Assim, em 06 de julho de 1942, Anne e sua família: Otto Frank, Edith Frank (mãe) e Margot Frank (irmã) passam a viver no Anexo. A mudança estava prevista para 16 de julho, porém, a família resolveu antecipá-la com a convocação de Margot para o “campo de trabalho” (FRANK, 2016, p. 21)¹⁶.

Uma semana depois, 13 de julho de 1944, é a vez da família Van Pels: Hermann Van Pels (pai), Auguste Van Pels e Peter Van Pels (filho) se juntaram à família Frank. Somente em 16 de novembro do mesmo ano que Fritz Pfeffer entra na clandestinidade. É durante a convivência com essas pessoas que Anne registra os seus anseios, desabafos, medos e pequenas alegrias, na medida do possível, em seu diário.

Contudo, o diário evidencia que os relatos de Anne são baseados em informações fornecidas pelas poucas pessoas que tinham acesso ao Anexo e nas poucas vezes que conseguiam escutar o rádio. Dessa forma, estava submetida àquilo que as pessoas entendiam

¹⁴ A princípio, Anne guardava para si mesma o que escrevia. Porém, em 1944, Gerrit Bolkestein, membro do governo holandês no exílio, declarou em transmissão radiofônica que, depois da guerra, esperava recolher testemunhos oculares do sofrimento do povo holandês sob a ocupação alemã e que estes pudessem ser postos à disposição do público. Anne ficou impressionada e decidiu que publicaria um livro a partir de seu diário, quando a guerra terminasse. Começou então a reescrever e a organizar o diário, melhorando o texto e omitindo passagens que não achava tão interessantes e acrescentando outras memórias.

¹⁵ Autoria da instituição Casa Anne Frank. Referência completa ao final do trabalho.

¹⁶ Idem.

que deveria ser informado, não estava vivendo o dia a dia de tantos judeus: “Se está tão ruim na Holanda, como estará nos lugares distantes e pouco civilizados para onde os alemães os estão mandando? Acreditamos que a maioria está sendo assassinada. A rádio inglesa diz que eles estão sendo mortos por gás. Talvez seja o modo mais rápido de morrer” (FRANK, 2016, p.80).

Porém, na manhã de 04 de agosto de 1944, o anexo foi descoberto e os oito moradores, além de Victor Kugler e Johannes Kleiman, que os ajudavam, foram presos. Os oito foram deportados para Westerbork e depois tiveram como destino Auschwitz-Birkenau, sobrevivendo apenas Otto Frank¹⁷. Kugler e Kleiman foram enviados para uma prisão em Amsterdã e depois para um campo em Amersfoort (Holanda)¹⁸. Kleiman foi solto em 18 de setembro de 1944, devido a um problema de saúde e Kugler conseguiu fugir em 28 de março de 1945.

O diário e algumas folhas soltas foram encontrados por Miep Gies e Bep Voskuijl, as duas secretárias que trabalhavam no prédio. Miep guardou-os e, depois da guerra, entregou-os ao pai de Anne. Após longa deliberação, Otto decidiu publicar o diário, em 1947. Ele optou por omitir algumas passagens que tratavam da sexualidade de sua filha e outras passagens pouco elogiosas sobre sua mulher e outros moradores do Anexo. Quando morreu, em 1980, Otto deixou os manuscritos da filha para o Instituto Estatal Holandês para Documentação de Guerra, em Amsterdã.

No entanto, questionava-se a autenticidade do diário; por isso, o Instituto Holandês mandou fazer profunda investigação. Assim que foi considerado autêntico, publicou-se o diário na íntegra, juntamente com os resultados de um estudo exaustivo. É este que será utilizado nesta pesquisa (edição definitiva por Otto H. Frank e Mirjam Pressler), uma publicação de 2016 (58ª edição), da editora Record.

2.4.2 O Diário de Rutka Laskier

Escrito pela polonesa Rutka Laskier, *O diário de Rutka*, narra as experiências pessoais de uma adolescente de 14 anos na Polônia, durante a Segunda Guerra Mundial, escritas de 19 de janeiro a 24 de abril de 1943, e algumas aleatórias datadas de agosto do mesmo ano.

¹⁷ Anne, a irmã Margot e a mãe Edith são enviadas a Auschwitz-Birkenau. Porém, Anna e Margot no final de outubro, início de novembro de 1944 são selecionadas para serem transportadas para o campo de concentração de Bergen-Belsen. Elas morrem no início de 1945, provavelmente de tifo. Edith morre em Auschwitz. Anne tinha 15 anos (FRANK, 2016, p. 52; 72).

¹⁸ Ibidem.

O diário permaneceu no anonimato por 63 anos, quando, em 2006, sua amiga polonesa Stanislawa Sapinska, convencida pelo sobrinho de que o relato possuía valor histórico, entrega-o a Adam Szydłowski, um pesquisador da vida dos judeus em Bedzin, que começou a investigar a vida de Rutka e a procurar sobreviventes de sua família, encontrando sua meia irmã Zahana (Laskier) Scherz (SCHERZ, 2008, p.12). O pai de Rutka, Yaacov Laskier, único da família que sobreviveu ao holocausto, morreu em 1986, sem ter conhecimento da existência do diário de sua filha (HALTER, 2008, p. 54).

Stanislawa Sapinska era filha do proprietário do apartamento em Kasernerstrasse, no gueto aberto de Bedzin onde vivia Rutka com sua família, seu pai Yaacov, sua mãe Dvorah Hampel, seu irmão Henius, de seis anos e sua avó Golda¹⁹.

Stanislawa, com 20 anos, trabalhava perto do gueto e costumava, no horário de almoço, visitar o apartamento a pedido do pai, para verificar as condições de conservação. Assim fica amiga de Rutka.

Numa dessas visitas, Rutka relata à amiga que estava escrevendo o diário e sabia que não iria sobreviver à guerra; porém, ela desejava que o diário sobrevivesse. Assim, elas decidem esconder o diário sob o piso duplo da escada da casa em que viviam e Stanislawa ficaria incumbida de, após a guerra, pegá-lo (SCHERZ, 2008, p.11).

O diário possuía 60 páginas manuscritas. Estava quase intacto ao ser resgatado, exceto por algumas páginas que estavam ilegíveis pela umidade e algumas rasgadas, além de outras arrancadas. Alguns textos isolados estavam no fim do caderno. Atualmente, o manuscrito pertence ao memorial Yad Vashem, em Jerusalém.

Rutka escreve no auge da guetorização da Polônia. Embora em um curto período, apenas três meses, a polonesa mostra ao leitor como o cerco foi se fechando em torno dos judeus, desumanizando-os, e como os guetos iam se transformando em cinzas numa velocidade vertiginosa:

O círculo se fecha cada vez mais em torno de nós. No mês que vem o gueto será fechado, será um verdadeiro gueto, com muros de pedra. No verão isto será insuportável, ficar trancada numa jaula cinzenta, sem ver os campos nem as flores. Ano passado ia passear pelos campos, tinha sempre muitas flores, e isso me fazia lembrar que houve um tempo em que se podia passear pela rua MaBachowski²⁰ sem correr o risco de ser deportado, ir à noitinha ao cinema... De toda maneira, já estou tão “saturada” pelos horrores da guerra que as piores notícias não me causam mais qualquer impressão (LASKIER, 2008, p. 26).

¹⁹ Em abril de 1943, a família Laskier é obrigada a transferir-se para o gueto fechado no subúrbio de Kamionka.

²⁰ A Rua MaBachowski está localizada no centro de Bedzin.

Apesar de ter apenas 14 anos, a adolescente polonesa era bastante consciente de tudo o que estava acontecendo ao seu redor: entende que as deportações não são para trabalhos forçados, mas para a morte, o que permite perceber que, em 1943, já há clareza quanto ao destino dos deportados:

Oh, Rutka, acho que você endoidou de vez: você invoca o nome de Deus, como se Ele existisse! Aquela pequenina dose de fé que eu já tive se esvaiu por completo. Se Deus existisse, Ele certamente não permitiria que pessoas vivas fossem atiradas em fornos, e que criancinhas tivessem suas cabecinhas esmagadas com coronhas de fuzis, ou fossem enfiadas em sacos e exterminadas com gás... (LASKIER, 2008, p. 27)

Essa clareza de Rutka pode ser explicada pelo fato de se tratar de uma adolescente que obteve uma educação em que a sua consciência política era exercitada e, apesar das restrições, circulava pelo gueto, estava atenta a tudo que acontecia ao seu redor, e que, inclusive, trabalhava numa fábrica de tecidos. Embora relate em seu diário que iria trabalhar devido ao tédio que era ficar em casa, sabe-se que um decreto promulgado na Polônia ocupada obrigava judeus entre catorze e sessenta anos de idade a trabalharem: “Já estou trabalhando. Os dias transcorrem idênticos nessa paisagem cinzenta” (LASKIER, 2008, p. 42).

Rutka escreve enquanto experimenta o gueto, ou seja, não fala sobre coisas que já aconteceram, mas que estão acontecendo. Ela tem consciência de sua finitude:

Filas de espera por toda a parte; filas para batatas, couves-nabo, carvão, pão. Crianças pobremente vestidas estendem as mãos para os transeuntes. Estas crianças são o estigma deste gueto cinzento. Os pais foram deportados, e as crianças, abandonadas à sua própria sorte, assombram as ruas. As pessoas têm os rostos tristes e preocupados. De repente, um grito. Um policial empurrou um velhinho decrépito, que caiu e bateu com a cabeça numa pedra. A branca neve ficou encharcada de sangue purpúreo. Mais ao longe, uma mulher chora; o seu marido foi preso e quem sabe se ela voltará a vê-lo um dia... (LASKIER, 2008, p. 45)²¹

Um mês depois de seu gueto ser extinto, em agosto de 1943, Rutka é levada com sua família para Auschwitz, tendo como destino a câmara de gás, (exceto seu pai, Yaacov, que sobrevive).

2.4.3 O Diário de Helga Weiss

As transformações do cotidiano dos 45 mil judeus de Praga, na Tchecoslováquia, atual República Tcheca, foram registradas através do olhar de uma menina de 8 anos, Helga Weiss.

²¹ Trecho escrito em uma página separada, o conteúdo deste fragmento não se encaixa na cronologia do diário.

O diário de Helga, publicado no Brasil em 2013, traz um relato que vai desde o final de 1938, com rumores da ocupação da Alemanha nazista até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Filha do bancário Otto Weiss e da costureira Irena Weiss, Helga, nascida em 1929, foi obrigada a viver com sua família de dezembro de 1941 a outubro de 1944, em Terezín, campo de concentração²² localizado próximo a Praga, e depois em Auschwitz, passando por outros campos de concentração e extermínio até maio de 1945²³. A perda do emprego do pai, o uso obrigatório da estrela amarela, e a proibição de frequentar a escola foram apenas o início de todo horror que viveria nos campos de concentração e extermínio. Terezín era um lugar inimaginável para a família Weiss: “Ninguém esteve em Terezín, ninguém sabe o que acontece, há apenas ideias difusas, indefinidas. Como é o lugar? Nosso tio nos receberá na estação?” (WEISS, 2013, p. 65).

Ao chegar, teve que conviver com as ameaças constantes de “transportes”²⁴, a separação das famílias em alojamentos, os enforcamentos que serviam de “exemplo”, a escassez de comida, as aulas clandestinas, as epidemias, o “campeonato de percevejos”, a luta pela preservação de suas tradições:

Fome, sujeira, doença, epidemias e o horrível medo da constante ameaça de deportação. Quando haverá um fim? Qual é a situação política? Se ao menos fosse possível acreditar nas notícias, mas tudo é em parte inventado, distorcido e embelezado, sempre aqueles estúpidos e otimistas bonkes – ‘boatos’ (WEISS, 2013, p.123).

Outra realidade enfrentada pela família de Helga foi o mascaramento do campo de concentração, quando receberam a visita de representantes da Cruz Vermelha e membros do governo da Dinamarca. A Dinamarca foi um dos poucos países que ofereceram resistência à deportação dos judeus. As informações de que a Alemanha iria invadir seu território fez com que o governo dinamarquês refugiasse cerca de 7.000 judeus na Suécia, país que permanece neutro durante a Segunda Guerra.

Porém, 500 deles não conseguiram sair da Dinamarca a tempo e foram deportados para Terezín²⁵. Uma delegação dinamarquesa juntou-se à Cruz Vermelha Internacional para efetuar uma visita de inspeção às condições em que viviam os judeus ali. A visita, então, foi marcada para 23 de junho de 1944. Assim, iniciou-se um processo de embelezamento do

²² Theresienstadt era uma espécie de gueto-campo, ao mesmo tempo gueto e campo de trânsito, de passagem. Ponto de concentração dos judeus, que depois eram levados às câmaras de gás dos campos de extermínio.

²³ Apenas Helga e sua mãe sobreviveram.

²⁴ Deportações para campos de extermínio que tiveram início em Terezín em 24 de novembro de 1941.

²⁵ Cerca de 450 dinamarqueses sobreviveram.

campo de concentração de Terezín: “É engraçado, mas parece que tentam transformar Terezín em um balneário. É como no conto de fadas sobre a mesa dos desejos” (WEISS, 2013, p. 113).

Assim, o diário revela a triste realidade enfrentada por sua família e a de tantos amigos judeus em Terezín. Apesar de compreender tão pouco o que estava acontecendo, procurou preservar a memória de uma operação extremamente bem elaborada, planejada do princípio ao fim, começando com pequenos decretos até aquela liquidação final, destaca Helga.

Ao perceber a importância dos registros e o talento de sua filha para o desenho, Otto incentiva-a a continuar relatando tudo o que estava presenciando. Esses registros, feitos até a deportação para Auschwitz, foram entregues por Helga ao tio Josef Polák que trabalhava no departamento de registros em Terezín, escondendo-os numa parede de tijolos no alojamento de Magdeburgo. Depois da guerra, ele voltou a Terezín, retirou os documentos escondidos e os entregou a Helga. Assim, já em Praga, Helga retoma o ponto em que tinha parado, e escreve os acontecimentos do campo de extermínio, Auschwitz, concluindo o seu diário. Este ficou guardado até 2010, quando um agente literário a convenceu a publicar o seu relato de sofrimento, dor, perda, tragédia e, acima de tudo, de esperança, como ela mesma defende.

3 OS DIÁRIOS E SUAS PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA À SHOÁ

3.1 Submissão ou resistência?

“A reação padrão dos judeus caracteriza-se pela quase completa falta de resistência”, destaca o cientista político Raul Hilberg (2016, p. 1282). A resistência é outro foco desta pesquisa. Ela consiste na força de vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Portanto, resistir é opor a força própria à força alheia.

A ideia defendida por Hilberg é bastante polêmica. Porém, ele não está sozinho. Assim como ele, há outros, como os historiadores Henri Michel e Israel Gutman que defendem que os judeus foram como “ovelhas caminhando para o matadouro”, que se entregaram ao destino, que se entregaram em sacrifício, enfim, não lutaram ou lutaram muito pouco contra a política de extermínio nazista.

Essa perspectiva vai ao encontro da narrativa sionista, que defende que a *Shoá* era uma derrota para os judeus – esses judeus que se deixaram aniquilar esperando uma ajuda divina – e devia ser esquecida para se começar uma época heroica.

Em Israel, nos anos 1950, enfatizava-se o heroísmo do gueto de Varsóvia e não se falava sobre Auschwitz. Ainda não existia a ideia clara de resistência espiritual, postulada depois do entendimento (ou da tentativa) do que se passou em Auschwitz, como comenta Marek, enfocando a mentalidade judaica da época:

O único poder digno de admiração era o poder do espírito. Esses judeus, das aldeias ou das cidades, prioritariamente dedicados ao estudo da Bíblia e do Talmud, ávidos pelo saber, ignoravam e desprezavam a violência. Esta foi, sem dúvida alguma, uma das razões pela qual os judeus de Bedzin não se sublevaram e a revolta do gueto de Varsóvia foi tão tardia (HALTER apud LASKIER, 2008, p. 58).

Essa nova ideia de resistência surge nos anos 1970, quando “a resistência não armada ligada ao Kidush Hachaim, então denominada ‘resistência espiritual’²⁶, recebera um valor secundário nas primeiras décadas pós-*Shoá*, já que o sacrifício e a morte seguiam a linha da ideologia sionista de luta e bravura a qualquer custo. A denominação ‘espiritual’ faz referência ao livro bíblico do profeta Zacarias, retirado de um trecho em que Deus conversa

²⁶ Historiadores ligados ao Museu Yad Vashem como Berl Katzenelson, Benzion Dinur, Nathan Eck, Zorach Warhafting e Mark Dworzeci mostram que ocorreu no período da Shoá uma “resistência espiritual” evidente na luta diária dos judeus para sobreviver.

com Zorobabel, um líder israelita que teria organizado o retorno do primeiro grupo de judeus exilados que se encontrava no cativeiro babilônico, no século VI AC: ‘não por força nem por violência, mas sim por meio do espírito’” (REISS, 2018. p.213).

Mas do que se trata de fato, essa resistência espiritual? A resistência espiritual refere-se às tentativas das pessoas de manterem sua humanidade contra a política de desumanização nazista. Várias formas de resistência estão incluídas (culturais, educacionais, religiosas, entre outras). Essas expressões de resistência mostram que a sobrevivência física não é o único objetivo, mesmo para as pessoas que se encontram em péssimas condições.

Os judeus lutaram para continuar vivendo. Orar, comer, aprender, educar ou simplesmente se opor eram as diferentes maneiras que eles encontravam para manter sua dignidade e resistir à meta nazista de eliminação em todos os níveis possíveis.

A criação de escolas clandestinas permitiu que as crianças continuassem a ter um quadro de educação. Teatros, orquestras e outras atividades culturais ofereciam a possibilidade de abstrair, mesmo que fosse por alguns instantes, da terrível realidade em que estavam imersos.

Os sistemas de documentação e de comunicação clandestinos permitiram-lhes uma melhor forma de organização, mantendo-os informados sobre o que estava acontecendo em outras comunidades e dar a possibilidade de ler e investigar. Além disso, manter a religião à sombra das proibições e "manter-se limpo" constituíram atos que preservaram a esperança e permitiram que permanecessem vivos e dignos²⁷.

Entretanto, o coordenador-geral do Museu do Holocausto de Curitiba, Carlos Reiss destaca que “[...] houve no início um rechaço brutal pelo tema da passividade judaica e um enfoque central exclusivo nas histórias (minoritárias) da resistência armada” (2018, p. 53).

Todavia, seria de fato a submissão uma marca do povo judeu na *Shoá*? Para responder a essa questão, cabem alguns apontamentos. Possivelmente a resposta está associada à perspectiva que se tem quanto ao conceito de resistência.

Nesse sentido, é importante considerar o que diz a professora do Programa de Estudos Judaicos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Helena Lewin, quanto às resistências diárias, pequenas sabotagens como respostas às humilhações sofridas:

As atividades não armadas caracterizavam-se por estarem inseridas no dia a dia do gueto, sentido e expressado como uma segregação humilhante e aterradora. Estas resistências diárias, pequenos delitos ou grandes desafios, cumpriram várias funções,

²⁷ Disponível em: <<https://www.yadvashem.org/es/education/educational-materials/lesson-plans/spiritual-resistance.html>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

entre as quais o reforço da esperança do fim da dominação nazista frente à tragédia da fome, da doença e da incerteza, além do fortalecimento da solidariedade e o desenvolvimento de atitudes de reforço da coletividade como uma responsabilidade compartilhada de que a sobrevivência era uma obrigação coletiva da vida comunitária. Esse conjunto de fazeres e viveres se manifestava como reforço psicológico que fortalecia as reservas de esperança frente aos sofrimentos e ao luto que os rodeavam, organizando fugas para unir-se aos partisanos²⁸, os combatentes valorosos dos bosques e das florestas (LEWIN, 2015, p. 20).

Helena Lewin afirma que os estudos recentes feitos a partir da abertura de arquivos de dados sobre o nazismo e os testemunhos dos sobreviventes vêm demonstrando o quanto era variado o comportamento da população judaica encarcerada, que incluía desde a resistência moral até a resistência armada (2015, p. 21).

Essas pequenas resistências diárias aquém do bem e do mal e outras não tão pequenas assim ficam evidentes na obra do sobrevivente italiano Primo Levi, *É isto um homem?*:

Esse aparato todo e esse cerimonial feroz não são novidade para nós. Desde que entrei no Campo, tive que assistir a 13 enforcamentos públicos. As outras vezes, porém, tratava-se de crimes comuns, roubos na cozinha, sabotagens, tentativas de fuga. Hoje é outra coisa.

No mês passado, explodiu um dos fornos crematórios de Birkenau. Nenhum de nós sabe (e talvez ninguém saiba nunca) como é que foi realizada a façanha; fala-se do Sonderkommando, do Kommando Especial encarregado das câmaras de gás e dos fornos, Kommando que por sua vez é periodicamente exterminado e que é mantido em absoluta segregação do resto do Campo. Resta o fato de que, em Birkenau, umas poucas centenas de homens, de escravos inermes e esgotados como nós, encontraram em si mesmos a força de agir, de fazer vingar os frutos de seu ódio (1988, p. 217-218).

Desse modo, a resistência garantia uma espécie de autorrespeito, pois aceitar a derrota era perder um pouco o respeito por si mesmo. Resistir no gueto ou no campo de concentração ou extermínio, por exemplo, era se opor ao inimigo, ao defender que os serviços básicos de sobrevivência física e cultural deveriam ser mantidos. Portanto, nem os judeus aceitaram pacificamente o extermínio que estavam sofrendo e nem os não judeus ficaram passivos diante de tamanha atrocidade.

Segundo Carlos Reiss, o historiador tcheco-israelense Yehuda Bauer, a partir dos anos 1970, foi o responsável por uma mudança fundamental no conceito de resistência, ao considerar a resistência judaica como “[...] qualquer ação de grupo conscientemente adotada em oposição a leis conhecidas ou supostas, contra ações ou intenções dirigidas contra os judeus pelos nazistas alemães e seus simpatizantes” (Apud REISS, 2018, p. 56). Esse conceito foi reescrito mais tarde pelo autor, alterando “ação individual ou de grupo”.

²⁸ Partisans é o nome que se dá aos que lutaram na resistência.

Nos anos 1980, segundo Carlos Reiss, esse conceito é corroborado pelo historiador israelense Dan Michman, que, por meio de um esforço acadêmico, busca sintetizar todas as formas de resistência motivadas pela rejeição do estereótipo negativo da passividade judaica resumida na frase “como ovelhas levadas ao matadouro” (Apud REISS, 2018, p. 56).

Enfim, de acordo com Reiss, para Yehuda Bauer, “[...] a própria ideia de ‘resistência passiva’ é uma expressão que não faz qualquer sentido, já que não é possível resistir passivamente a nada. Para ele, “[...] quando alguém se nega a ceder diante da força brutal, ele não resiste passivamente”, ou seja, “[...] qualquer ação que conscientemente se opôs aos objetivos dos nazistas era e é uma forma legítima de resistência” (2018, p. 217).

A partir da mudança desse conceito de resistência judaica, surgem novas formas de resistência durante a *Shoá*. Recortes de experiências individuais e coletivas são resgatadas, buscando focalizar a vida e não a morte, destaca Reiss (2018, p.211).

Por sua vez, no campo da Literatura destacam-se as ideias do professor emérito da Universidade de São Paulo, crítico e historiador da literatura brasileira e membro da Academia Brasileira de Letras, Alfredo Bosi. Segundo ele, o termo "Resistência" e suas aproximações com os termos "narrativa", "cultura" e "arte", foram pensados e formulados no período entre 1930 e 1950.

Esse período foi marcado pelo engajamento de numerosos intelectuais no combate ao fascismo, ao nazismo e às suas formas aparentadas, o franquismo e o salazarismo. Esse período produziu a chamada literatura de resistência, tendo como referência a obra de Primo Levi, *É isto um homem?*.

Nesse sentido, a literatura de resistência busca evitar o emudecimento, é para aquele que narra um modo de esticar o tempo, de implantar a esperança de que mais alguém ouça a voz outrora silenciada:

A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições (BOSI, 1996, p. 26).

Logo, os testemunhos e a memória que daí emergem reconstróem o evento do passado, por isso são algo subjetivo. No entanto, a memória é uma estratégia narratológica que deve ser vista como resgate de identidade, vestígios de imaginário no presente, diagnosticando o lugar que esse passado, e, portanto, essa memória foi produzida. A memória

é, portanto, uma reconstrução do passado que se realiza no presente e reconstruir o passado é também resistir.

Entretanto, é sabido que a cultura milenar judaica sobreviveu. Mesmo sendo perseguidos, dizimados, exorcizados e sempre em diásporas, o povo judeu conseguiu sobreviver e manter seus aspectos culturais como nenhum outro povo. De acordo com Marek, existiram três formas de resistência. A primeira delas é através da palavra, do verbo, da esperança em alcançar a solução óbvia. Mostrar que todos os povos são iguais e que o ódio nazista não tinha razão de existir diante dos judeus:

Na Varsóvia de 1940 o gueto se tornou um dos maiores “cemitérios de gente viva” da História, reservado a um povo condenado ao desaparecimento. Resultou daí uma espécie de curiosidade antropológica que fez com que numerosos nazistas visitassem o gueto, num intenso movimento turístico. Soldados e oficiais munidos de câmeras fotográficas vinham, muitas vezes acompanhados de suas famílias, para ver de perto como viviam os “subhomens”. Os judeus não desanimaram nem mesmo diante de tanto cinismo e de tanta ignorância. Eles ingressaram naquilo que eu consideraria “a primeira fase da resistência”, a da palavra. Era possível ver alguns pequenos grupos de língua alemã que ousavam se aproximar de seus carrascos e falar com eles. É possível imaginar a dose de coragem e de dedicação requerida para um exercício dessa natureza? Opor o verbo à violência. Esse era o plano deles, a esperança deles (HALTER apud LASKIER, 2008, p.60).

3.2 Formas de resistência utilizadas

Como foi visto anteriormente, desde o início da ocupação nazista em território europeu, apesar de todo o terror, os judeus utilizaram diversas estratégias de resistência, que se apresentavam de maneira distinta e conforme as possibilidades existentes em cada local. Apesar da proibição que os judeus tiveram de frequentar as sinagogas, as escolas e os teatros, bem como de publicar jornais e revistas, essas atividades persistiram, ainda que sem periodicidade e com muitas dificuldades. Além disso, as pequenas resistências diárias se faziam presentes naquela realidade concentracionária.

Estudos recentes como o da historiadora Silvia Lerner apontam a questão da resistência dentro do território ocupado pelos alemães. Ela ressalta que houve resistência em sete guetos, três campos de extermínio, em dezoito campos de trânsito e nas florestas, e que consistia em combater ou reduzir efeitos materiais, psicológicos ou morais. O aspecto cultural é ressaltado em sua obra:

Resistiram organizando atividades culturais, fazendo apresentações teatrais, produzindo músicas, escrevendo poemas e diários, deixando documentos com a finalidade de que no futuro soubessem o que estava acontecendo sob domínio nazista, organizando concertos, publicando jornais, fazendo desenhos, providenciando “escolas” para suas crianças, trocando receitas culinárias como no

campo de Terezin em um momento de tanta fome, cada qual com o objetivo de manter o dia a dia com um pouco de dignidade apesar da vida indigna que lhe restava sendo imposta e mostrar ao inimigo que, mesmo em condições subumanas, resistiam, criando a sensação de normalidade como ingrediente de fortalecimento existencial. (LERNER, 2015, p. 27)

A música produzida pelos reclusos nos guetos, florestas e pelos prisioneiros nos campos de concentração e extermínio foi tema de outra obra produzida por Silvia Lerner, intitulada *A música como memória de um drama: o Holocausto*. Ela pesquisou diversas músicas produzidas por diferentes pessoas em diversos lugares, produzidas em trinta guetos, campos de concentração e extermínio e florestas onde os *partisans* se escondiam.

Elas falam da vida e da morte, da fome e da doença, da dor e da angústia, da vergonha e da humilhação. Descrevem assuntos como superpopulação, falta de alimentos, sátiras, fé e esperanças de dias melhores, vida no gueto, nos campos, atos heroicos, ódio ao inimigo e tantos outros. Segundo a autora: “O ato de criar novas músicas mostrava que os corpos podiam estar aprisionados e passar por privações, mas a alma que encontrava alimento na criatividade renovava suas forças – isto não seria um ato de resistência?” (2017, p.16).

Uma das comoventes músicas foi composta em Treblinka por Asron Liebeskind chamada *Canção de ninar para meu pequeno filho no crematório*. Ele a escreveu após ter sido obrigado a testemunhar o assassinato de sua esposa Edith e de seu filho de três anos de idade. Liebeskind implorou ao responsável pelo crematório que o deixasse passar a noite velando o corpo do filho, o que lhe foi permitido. E, ajoelhado ao lado do menino, compôs a canção.

Liebeskind fugiu de Treblinka em 1942, tentando chegar a Berlim, mas foi novamente aprisionado e enviado a Sachsenhausen; lá, encontrou o compositor e cantor Aleksander Kulisiewicz, que lhe entregou a canção. Kulisiewicz traduziu-a para o polonês, pois havia sido composta em ídiche. Liebeskind foi deportado para Auschwitz em 1942 e faleceu em 1942 ou 1943.

Kulisiewicz guardou a canção até o fim de sua permanência em Sachsenhausen, em abril de 1945. Após a libertação, transpôs a música para uma partitura e a cantou em alguns concertos após 1945, destaca Lerner (2017, p. 191-192):

Canção de ninar para meu pequeno filho no crematório

Crematório negro e silencioso.

Portões do inferno, corpos empilhados até o alto
 Eu me arrasto através desses corpos escorregadios
 Enquanto o sol sorri no céu.
 Cá está ele deitado, meu único pequeno menino
 Minúsculas linhas pressionam sua boca
 Como posso jogá-lo dentro das chamas?
 Com seus cabelos brilhantes cor de ouro
 Lulay, Lulay, meu pequeno
 Lulay, Lulay, filho único
 Lulay, Lulay, meu próprio filho
 Você, sol, está espreitando em silêncio
 Enquanto sorri e brilha sobre nós
 Veja como se destrói o meu bebê
 Nas frias paredes de pedra.
 Agora pequenos olhos olham calmamente para o céu
 Lágrimas geladas, eu o ouço chorando
 Oh, meu menino, seu sangue está em todo lugar
 Três anos apenas... seu cabelo louro
 Lulay, Lulay – meu pequeno
 Lulay, Lulay – único filho
 Lulay, Lulay – meu único menino.

Desse modo, “[...] a música funcionou como narrativa na qual assumiu a condição de testemunho”. Além disso, foi utilizada como arma de transformação da população, “[...] uma nova forma de resistência que era reviver suas identidades, tradições e o orgulho das mesmas, orientando-as para o horizonte da salvação, embora muito mais no plano do desejo do que da realidade concreta, real”, destaca Helena Lewin (2017, p.12).

Lewin ainda destaca o poder simbólico dessa produção artística num ambiente tão hostil: “Como resistência de sobrevivência, a música tornou-se uma arma simbólica durante o período nazista, transformando-se em discurso no qual suas mensagens reforçam o sonho da liberdade, ou seja, produzindo energia para suportar a dor do encarceramento” (2017, p.12).

Entretanto, é sabido que a música foi apenas uma das manifestações artísticas produzidas durante a triste experiência da *Shoá*. Poesias, pinturas, desenhos, peças de teatro e tantas outras foram instrumentos utilizados para aliviar os sofrimentos e manter viva a herança cultural de um povo milenar²⁹. Os guetos de maiores efervescência cultural e artística foram os de Varsóvia, Vilna, Lodz e Theresienstad (Terezin).

Por sua vez, Benjamin Ginsberg, professor de Ciência Política da Universidade Johns Hopkins, defende que a resistência judaica deu-se em áreas importantes como a política, a inteligência e a espionagem, tanto no interior quanto fora do território ocupado pelos alemães

²⁹ Como as produções culturais não são o foco dessa pesquisa, coube apenas uma breve menção.

e não teve sequer um mínimo de coordenação central ou liderança: “Consistiu de um grande número dos mais variados grupos, indivíduos e organizações em vários continentes, dando diferentes respostas à ameaça nazista, que iam da luta partidária à pesquisa nuclear” (2014, p.11).

Para ele, os judeus não foram cordeiros mansos contra o lobo nazista, como a historiografia costuma apresentar: eles relutaram de forma fragmentada e através de diversos campos. A imagem de um povo fraco, perseguido e silenciado pelo inimigo foi combatida e a sua contribuição na luta contra o regime que era sustentado essencialmente por uma ideologia antisemita foi considerada. Inclusive, ressalta que jornalistas, escritores, pensadores, engenheiros e projetistas judeus ajudaram a derrotar Hitler e a Alemanha Nazista.

Ginsberg destaca alguns pontos importantes a considerar: os judeus constituíram um percentual significativo da força de combate no exército soviético: “[...] engenheiros judeus supervisionaram a evacuação e reconstrução da indústria militar soviética em 1941 e projetaram e construíram muitas das armas das quais o exército soviético dependeu na guerra” (2014, p.14).

Outro ponto levantado diz respeito à resistência dos judeus por meio da influência nos Estados Unidos: “Durante a guerra em si, soldados judeus lutaram em todas as fileiras do exército americano”, ao mesmo tempo, “cientistas judeus trabalharam para construir a bomba atômica, uma arma que se tornou um trunfo de reserva dos Estados Unidos e finalmente deu fim à guerra” (2014, p.15).

Além disso, ressalta também a importância dos judeus no serviço de espionagem na União Soviética, nos círculos de espões, incluindo a Orquestra Vermelha. Eram comandados pelos que tinham sido instruídos nas artes da espionagem antes da guerra pelos serviços soviéticos e nos Estados Unidos:

Na realidade, o termo “criptoanálise” foi cunhado pelo primeiro criptoanalista dos Estados Unidos, William Friedman. O grupo repleto de judeus de Friedman no Serviço de Inteligência de Sinais do Exército dos Estados Unidos (predecessor d atual Agência Nacional de Segurança) foi o pioneiro na moderna quebra de código e projetou a máquina encriptadora SIGABA do exército dos Estados Unidos (2014, p.15).

Por fim, Ginsberg defende que os judeus desempenharam papéis importantes em vários dos principais movimentos europeus de resistência antinazista:

Contudo, tanto na Europa ocidental quanto na oriental, os judeus ajudaram a comandar grupos de resistência cujos atos de sabotagem e ataques às sempre frágeis

linhas de suprimento alemães para o leste prejudicaram os alemães e ajudaram os aliados. Isso inclui os movimentos polonês, grego, e iugoslavo de resistência e o mais importante dos movimentos de resistência da Segunda Guerra Mundial, os partisans da União Soviética. (2014, p.16)

Deste modo, fica evidente que Benjamin Ginsberg entende que os judeus resistiram ao Holocausto, mas que tal resistência não deve ser procurada entre os que estavam sendo concentrados e exterminados, em grande medida, já destituídos de meios e energia para tal, mas entre os judeus dos Estados Unidos e da União Soviética, ou entre os partisans:

A moral da história é que, em vez de procurar resistência armada entre civis desarmados e expressar desprezo pelos judeus terem deixado de fazer o que não podia ser feito, devíamos procurar pela resistência onde era possível resistir. Se insistirmos neste caminho, chegaremos a uma conclusão muito diferente sobre os judeus e seus esforços durante a guerra (2014, p.14).

Ainda assim, é possível ir além de Ginsberg: questionar Raul Hilberg e recuperar a resistência judaica nos próprios campos, porque ali também ela estava presente. A resistência atacou várias frentes, seja pela palavra, pelo testemunho ou pela inteligência, como destacou o escritor e artista plástico Marek Alter³⁰. Porém, ela também se deu de forma mais radical, a resistência armada. Dentre as atividades mais conhecidas temos as ações dos *partisans*³¹, mencionadas anteriormente, o Levante do Gueto de Varsóvia e os três levantes corajosos e ousados que ocorreram nos campos de extermínio de Treblinka, Sobibor e Auschwitz-Birkenau³².

Muitos civis judeus tomaram em armas contra os nazistas em mais de cem guetos na Polônia e nas áreas da União Soviética ocupadas pelos alemães. Porém, o caso de resistência mais conhecido foi o Levante do Gueto de Varsóvia. Segundo o professor Marcos Margulies:

Em janeiro de 1943, Himmler passou por Varsóvia, e ficou surpreso: muitos judeus viviam ainda na ex-capital polonesa. Emitiu uma ordem: “A aniquilação do gueto é indispensável, pois sem isso nunca conseguiremos manter Varsóvia em ordem, e o crime, enquanto existir o gueto, não poderá ser eliminado. Apresente-se um plano para a destruição do gueto (1974, p.120).

30 HALTER apud LASKIER, 2008, p. 60-61.

³¹ Grupos de partisans judeus operaram em países como Iugoslávia, Polônia, Grécia, Eslováquia, Bielorrússia, França e Itália. Eles foram particularmente ativos nas regiões ocidental e oriental da Europa, onde combateram os alemães a partir de bases em densas florestas e nos guetos. Essa resistência se manifestou de forma diferente dependendo do país, do grau de antissemitismo da população local e do momento histórico. Eles atacavam ferrovias, pontes e instalações militares nazistas. Muitos partisans que conseguiam fugir, se abrigavam nas florestas, a fim de resgatarem os que haviam permanecido nos campos.

³² De forma semelhante às rebeliões nos guetos e campos, outras revoltas ocorreram, provenientes do puro desespero e desesperança.

Com a situação posta, reuniram-se os comandantes do movimento de resistência, a chamada Z.O.B.³³. (Organização Judaica Combatente, em polonês, *Zydowska Organizacja Bojowa*). A Z.O.B., liderada por Mordechai Anielewicz, de apenas 23 anos, divulgou um manifesto no qual pedia aos judeus que resistissem contra a embarcação nos vagões de trens.

Em 19 de abril de 1943, alemães, sob o comando do general das SS Juergen Stroop, dariam início à destruição final do gueto e à deportação dos judeus remanescentes. A população judaica, no entanto, não se apresentou para as deportações. O Levante do Gueto de Varsóvia teve início:

Os alemães não esperavam resistência. Mas os resistentes do gueto os receberam com três pistolas e três granadas, além de pedaços de canos de ferro, bastões, garrafas, facas, pedras e o que quer que pudesse servir contra o inimigo. Receberam os nazistas de punhos erguidos, pois tanto os resistentes como os moradores do gueto já sabiam para onde os vagões despejavam suas cargas: a câmaras de gás de Treblinka. O plano dos alemães previa o extermínio total da população judaica, porém, para sua grande surpresa, foram recepcionados por Mordechai Anielewicz e nove resistentes, cada um armado com uma pistola ou uma granada [...] (LERNER, 2015, p.85).

É fato que os resistentes estavam preparados para lutar e morrer. Sua honra e a honra do povo judeu estavam em jogo. Sabiam que não sobreviveriam. Porém, por que não resistir quando a alternativa era a morte em momento e local escolhidos pelos nazistas? Muitos eram impelidos pelo desespero aliado ao desejo de vingança. O simples pensamento de dar um fim à vida de alguns alemães já era um poderoso incentivo.

Os combatentes das organizações clandestinas sabiam que não podiam contar, de modo geral, com o apoio dos *Judenrat*³⁴, nem com a população geral do gueto. Muitos líderes desses conselhos eram ambivalentes quanto a ajudar a resistência porque esperavam que a maior parte da população do gueto pudesse ser salva com seu trabalho, e viam a rebelião armada como um plano suicida. Apenas em Kovno e Minsk, os líderes do *Judenrat* cooperaram com o movimento clandestino.

³³ Em 1942 são criadas várias organizações de resistência armada. A primeira delas, a FPO, Organização dos Partisans Unidos, foi formada em Vilna. Um de seus comandantes, o poeta Abba Kovner, foi um dos primeiros a entender as intenções nazistas. Num discurso inflamado em uma reunião underground, Kovner conclama seus irmãos, judeus, a resistir. “Não acredite naqueles que pretendem enganar-nos.... O plano de Hitler é eliminar todos os judeus da Europa. É melhor cair como guerreiros do que viver à mercê dos assassinos. Levantem-se! Ergam-se com suas últimas forças!”

A resistência mais bem-sucedida, uma fuga em massa, ocorreu em Minsk. Entre 6 mil a 10 mil judeus fugiram para as densas matas, e alguns milhares sobreviveram até o final da guerra. Em muitos guetos menores, nos territórios ocupados no leste da Polônia e da então URSS, os membros dos *Judenrat* eram atuantes no movimento ou cooperavam com a resistência. Em muitos desses guetos irromperam revoltas espontâneas durante sua liquidação final.

³⁴ Conselho judaico que era responsável pela administração do gueto.

Contudo, após três dias, as forças alemãs começaram a atear fogo nos prédios, um a um, obrigando os judeus a saírem de seus esconderijos. A resistência se manteve por semanas, enquanto os alemães reduziam o gueto a escombros.

Os combatentes do gueto conseguiram se defender por quase um mês, mas, em 16 de maio de 1943, a revolta chegou ao fim, com a explosão da Grande Sinagoga de Varsóvia da rua Tlomackie, construída em 1877. Lentamente, os alemães subjugarão a resistência. Dos mais de 56.000 judeus capturados, cerca de 7.000 foram assassinados a tiros e o restante foi deportado para os campos onde foram mortos³⁵.

De acordo com Marek Halter, o levante do gueto de Varsóvia foi a terceira e última fase da resistência. O primeiro, tradicional entre os judeus, foi o da palavra. Muitos nazistas visitavam o gueto, curiosos, inaugurando uma espécie de turismo macabro. Alguns grupos de judeus, que falavam alemão, ousaram se aproximar e falar com eles. Pode-se imaginar quanta coragem precisaram acumular, nas penosas condições do gueto, para se dirigirem aos de “raça superior”. Opuseram, como ressalta Halter, o verbo à violência.

Quando Himmler interditou o acesso ao gueto, surgiu a segunda fase da resistência: a do testemunho. O exemplo mais acabado desta etapa foi a organização do arquivo Oyneg Shabes, idealizado e coordenado pelo historiador Emmanuel Ringelblum³⁶.

Por fim, o levante do gueto de Varsóvia assinalou a terceira e última fase da resistência judaica ao nazismo:

Essa resistência em três patamares, o terceiro dos quais, o da violência, só sendo acessível depois de ter passado pelos dois primeiros, é, para mim, a mais prodigiosa, a mais perturbadora e a mais moral das lições. O gueto de Varsóvia permanece, sem dúvida, como o símbolo da revolta armada judaica contra o nazismo. Mas é, antes de tudo, o símbolo da resistência judaica à opressão, à perseguição e à morte, tal como foi concebida e praticada por sucessivas gerações ao longo dos séculos (HALTER apud LASKIER, 2008, p. 61).

Aquele distante abril de 1943 deixou lições importantes. Foi apontado como o mais organizado movimento, e, em consequência, a maior resistência em oposição à máquina de guerra nazista. Os judeus do gueto de Varsóvia souberam unir-se para enfrentar seu inimigo de morte.

Outras ações de resistência deram-se em três campos de extermínio: Treblinka, Sobibor e Auschwitz-Birkenau. Em Treblinka, em agosto de 1943, e em Sobibor, em outubro

³⁵ Informações retiradas do site do Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-warsaw-ghetto-uprising?series=21826>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

³⁶ Será retomado posteriormente.

de 1943, prisioneiros com armas roubadas dentro dos campos atacaram seus alcoses, mas os alemães e seus colaboradores assassinaram a maior parte dos rebeldes. Em outubro de 1944, em Auschwitz-Birkenau, os prisioneiros rebelaram-se contra seus guardas. Cerca de 250 prisioneiros morreram durante o combate, e os guardas das SS atiraram em outros 200 depois do motim já haver sido controlado.

A partir dos testemunhos e relatos de sobreviventes é sabido que a rotina nos campos era de total terror e isolamento. Incluía um sistema elaborado de racionamento de alimentos, duros castigos pelas menores “infrações”, vigilância acirrada e intermináveis chamadas para a contagem dos prisioneiros. Cercas de arame farpado e de alta voltagem, cães selvagens e torres de segurança deixavam pouca esperança de fuga.

Porém, apesar desses enormes obstáculos, houve vários atos de resistência em diversos campos. Mesmo nos de extermínio, à sombra das câmaras de gás e crematórios, os judeus encontraram formas de resistir a seus opressores. Havia tentativas organizadas pelos movimentos clandestinos para informar ao mundo a brutalidade nazista.

Essa brutalidade nazista dos campos de extermínio ficou conhecida também pelo relato de Chil Rajchman, um dos 57 sobreviventes de Treblinka (lá cerca de 750.000 judeus foram mortos) que ao chegar, em outubro de 1942, de imediato foi selecionado para tirar as roupas dos que eram enviados à câmara de gás:

Na praça da rampa, é um inferno. Quando as portas se abrem, as primeiras emanações são perigosas. Os cadáveres, de pé, estão tão espremidos uns nos outros, os braços enlaçados e as pernas uma sobre as outras, que os subalternos, na rampa, correm risco de vida enquanto não conseguirem retirar as primeiras dezenas de cadáveres. Em seguida, o monte se desagrega e os corpos se soltam por si sós. Essa compreensão se dá porque as pessoas ficam apavoradas e se abraçam umas às outras quando são obrigadas a entrar na câmara de gás. Elas prendem a respiração para entrar e encontrar espaço. O corpo incha depois, durante a sufocação e a agonia, de maneira que os cadáveres não formam nada mais senão uma massa. Os cadáveres apresentavam uma diferença dependendo se vinham das câmaras de gás pequenas ou grandes. Nas pequenas, a morte era mais rápida e fácil. Parecia, vendo seus rostos, que as pessoas estavam adormecidas: de olhos fechados, apenas a boca, numa parte das vítimas, ficava deformada, uma espuma misturada com sangue aparecendo nos lábios. Os corpos, cobertos de suor. Antes de expirar, haviam urinado e defecado. Os cadáveres provenientes das grandes câmaras de gás, onde a morte demorava mais a chegar, haviam conhecido uma atroz metamorfose, tinham o rosto todo preto, como se tivessem sido queimados, os corpos ficavam inchados e azuis. Tinham os maxilares tão trincados que era impossível abri-los para acessar as coroas de ouro, às vezes tínhamos que arrancar os dentes verdadeiros para lhes abrir a boca (2010, p.87-88).

Embora fosse de conhecimento de todos que qualquer tipo de resistência por parte de uma nacionalidade qualquer era fortemente inibida pela polícia nazista e seus métodos de terror, aos judeus era reservado um “tratamento especial”.

A punição a um não judeu suspeito de um ato de resistência era, em muitos casos, a execução sumária. Em outros, a tortura era usada para extrair informações. Porém, para um resistente judeu a execução sumária era a melhor opção, pois, via de regra, ele devia “ser morto da maneira que mais conduzisse à disciplina e que impedisse qualquer outro tipo de resistência”.

Muitos resistentes judeus eram esfolados, queimados vivos. Jovens judias recebiam injeções de veneno que provocavam espasmos musculares antes da morte. Em Minsk, o comandante das SS cegava os judeus capturados com ferro em brasa e os enviava de volta para seus companheiros, como um “alerta”.

No entanto, a “responsabilidade coletiva” era uma outra tática utilizada pelos nazistas. Ela atribuía a responsabilidade a famílias, até a comunidades inteiras por atos individuais de resistência. No caso judaico, a retribuição podia atingir todos os habitantes de um gueto. Caso um judeu fosse encontrado fugindo, de posse de um rádio, um telefone ou uma arma, dezenas ou até centenas de judeus eram assassinados em represália. E, na eventualidade de um judeu ferir ou matar um alemão, os números chegavam a milhares.

Apesar disso, em Treblinka, o segundo maior campo de extermínio de judeus, para onde foi deportada, preferencialmente, a população do gueto de Varsóvia, em 1943, houve uma revolta.

Cerca de 600 prisioneiros escaparam para a floresta, mas quase todos foram recapturados e assassinados. Algo em torno de 40 sobreviventes emigraram no pós-guerra, com destino a vários países, como Estados Unidos, França, Argentina, Canadá e Austrália, mas a maioria fixou-se em Israel.

De acordo com o relato de Chil Rajchman, sobrevivente de Treblinka, o plano de insurreição (1943) consistia em confeccionar uma cópia da chave do depósito de armas, dominar os guardas, destruir os principais dispositivos e transpor os domínios do campo para alcançar as florestas próximas. Assim, seguia o plano:

O plano prevê que dois disparos provenientes do campo nº I marcarão o início do levante. Estamos todos prontos. Companheiros devem atear fogo nas câmaras de gás. Outros devem matar os SS e os ucranianos e tomar-lhes as armas. Os que trabalham nas proximidades das guaritas devem tentar corromper os ucranianos mostrando-lhes ouro. Cada um está em seu posto. Nós, os dentistas, temos a tarefa, durante os últimos dias, de separar o máximo de ouro³⁷ possível, a fim de levá-lo (RAJCHMAN, 2010, p.131).

³⁷ Esse ouro era extraído dos dentes dos cadáveres.

Assim, no dia 2 de agosto de 1943, o plano é colocado em prática. Depois de dois disparos provenientes do campo nº I, o levante é iniciado. As câmaras de gás foram incendiadas (a maior parte do campo foi queimada pelos prisioneiros durante a revolta), guardas foram abatidos e, aos gritos de “Revolução Treblinka!”, avançaram em direção aos arames farpados. Mais de 300 conseguiram fugir; porém, a maioria foi recapturada e morta por policiais e soldados alemães.

Parte dos insurgentes, incluindo Rajchman, vagaram 14 dias pelas florestas. Depois, ele decide sozinho, chegar a Varsóvia. Após o levante do campo, fica perambulando por dois meses até alcançar Piastow. Em seguida, após a insurreição de Varsóvia, passa três meses e meio no *bunker* da capital, até ser liberado em 17 de janeiro de 1945. Ele encerra seu relato dizendo:

Sim, sobrevivi e sou livre, mas para quê?, pergunto-me com frequência. Para contar o assassinato de milhões de vítimas inocentes, para dar testemunho de um sangue inocente, derramado por assassinos.

Sim, sobrevivi para dar testemunho deste grande abatedouro: Treblinka (Rajchman, 2010, p. 145).

Entretanto, num outro campo de extermínio menos falado ocorreu uma fuga em massa de prisioneiros. No início de 1943, as deportações para Sobibor haviam diminuído, e os prisioneiros suspeitavam que o campo seria desativado e eles seriam destruídos em seguida. Assim, eles criaram uma rede de resistência no início de 1943, e deram início ao planejamento de uma revolta a ser seguida por fuga em massa daquele campo, sob a liderança de Alexander Pechersky.

Em 14 de outubro daquele mesmo ano, os prisioneiros se revoltaram e, no início, conseguiram matar sem alarde alguns guardas alemães e ucranianos, cercaram o arsenal e, após troca de tiros com a guarnição, escaparam.

Cerca de 300 conseguiram escapar, mas outros 100 foram recapturados e mais tarde mortos a tiros. Os fugitivos tiveram de caminhar durante a noite e esconder-se durante o dia nas florestas. Muitos foram denunciados pelos camponeses da região, que recebiam represálias. Após a revolta, o centro de Sobibor foi fechado e desativado.

Cinco dias após a fuga, o chefe da SS Heinrich Himmler suspendeu a Operação Reinhard. O Exército Vermelho estava a menos de quinhentos quilômetros de Sobibor e todas as evidências foram destruídas. O campo de extermínio operou durante 18 meses a partir de abril de 1942. Porém, nem tudo foi destruído: 30 prisioneiros sobreviveram a Sobibor.

E, por fim, em 7 de outubro de 1944, houve a revolta do *Sonderkommando*³⁸, em Auschwitz, liderada pelos kapos³⁹ dos crematórios: Lemke e Kaminski. O campo de Auschwitz era constituído por um campo central, rodeado por outros, os quais são considerados satélites por serem subordinados à área principal.

Birkenau constituía o local onde as vítimas eram despojadas de tudo o que lhes restava, como alimentos não consumidos durante a deportação, roupas, sapatos, escovas de dentes, malas, os próprios cabelos (como no caso das mulheres) e os dentes de ouro (extraídos após serem assassinados).

Em uma seção apelidada de “Canadá”, todos os objetos, inclusive valores, eventualmente encontrados, eram selecionados e enviados para o Reich. As vítimas nuas eram asfixiadas pelo Zyklon B, nas famosas “salas de banho”, e depois levadas aos crematórios⁴⁰. Para todas essas tarefas, a fábrica da morte mais bem organizada necessitava de um verdadeiro exército de escravos: os *Sonderkommandos*.

Com a chegada dos últimos comboios de judeus húngaros em Auschwitz, em 1944, os membros do *Sonderkommando*, tiveram receio de serem exterminados, relata Shlomo Venezia⁴¹, ex-*Sonderkommando* de Auschwitz-Birkenau:

Creio que a revolta eclodiu naquele momento pelo *Sonderkommando* por parecer evidente que os últimos comboios da Hungria estavam chegando e que, em breve, não haveria mais vítimas a matar nas câmaras de gás. Seria, então, a nossa vez. Era preciso tentar o tudo ou nada. Mesmo que toda esperança fosse vã, estávamos convencidos de que era melhor agir e sermos mortos do que morrer sem nada ter tentado (2010, n.p.).

O plano teve o apoio das prisioneiras Róza Robota, Ella Gätner, Ester Wajcblum e Regina Safirsztajn, as quais conseguiram obter pólvora clandestinamente nas fábricas da região, nas quais executavam trabalhos forçados. O explosivo foi levado por elas aos membros do *Sonderkommando*, os quais, iniciaram a revolta, explodindo o crematório IV e matando vários guardas das SS.

O plano era destruir todos os fornos crematórios, mas não obtiveram sucesso, devido provavelmente, à delação de Karol: “Contaram o que haviam feito a Karol, o kapo e

³⁸ Essa revolta foi mencionada por Primo Levi no subtítulo anterior.

³⁹ Responsáveis pelo comando de trabalho.

⁴⁰ Em Auschwitz-Birkenau, o termo crematório designava a estrutura que abrigava, ao mesmo tempo, a sala de despir, a (ou as) câmara (s) de gás e os fornos crematórios. Havia quatro dessas estruturas em Birkenau, além do primeiro Crematório, situado em Auschwitz I. Os crematórios II e III tinham sido construídos um diante do outro, assim como os Crematórios IV e V, que também se espelhavam. Eles começaram a funcionar entre a primavera e o verão de 1943. (Informação retirada do relato de Shlomo Venezia)

⁴¹ Shlomo Venezia trabalhava nos Crematórios II e III.

criminoso penal polonês que tinha, supunha-se, denunciado e revelado o projeto de revolta. Ele foi espancado e jogado no forno todo vestido, da maneira como estava” (2010, n.p.).

No entanto, a luta foi rapidamente contida pelos guardas do campo. Todos os membros da revolta do *Sonderkommando*⁴² foram exterminados e as quatro mulheres que haviam obtido a pólvora foram enforcadas em 6 de janeiro de 1945.

Poucos meses após a revolta, os prisioneiros que restaram foram submetidos à “Marcha da Morte”. Foram conduzidos a Mauthausen. Muitos morreram durante o trajeto, de fome, doença ou assassinados. Os prisioneiros, dentre eles Shlomo Venezia, foram libertados em 6 de maio de 1945.

Infelizmente, a Polônia, mesmo após a *Shoá*, ainda produziu *pogroms*. Os judeus sobreviventes que tentaram voltar a suas casas ainda foram perseguidos e mortos. Injustamente suspeitos por mais um assassinato ritual, em 4 de julho de 1946, na cidade de Kielce, quarenta e dois judeus sobreviventes da *Shoá* foram mortos e mais de oitenta feridos. Essa mistura contemporânea de sentimentos, influência e antissemitismo são descritos por Marek:

Hoje, na Polônia, muitos afirmam que eles não sabiam de nada na época. Talvez. Mas e depois da guerra? Como explicar a atitude dos poloneses contra os sobreviventes que, como nós, retornaram em 1946 para suas aldeias e suas cidades? Estas manifestações de ódio queriam dar cabo das últimas testemunhas da própria covardia deles? Não conseguiram. Os judeus faziam, e continuam fazendo, parte de sua memória. Eles não podiam – e ainda não podem – apagar os judeus de seus livros de história, sem apagar toda a história da Polônia (HALTER apud LASKIER, 2008, p.81-82).

Em virtude dos fatos mencionados, é possível afirmar, baseado em documentos e testemunhos, que os judeus de toda a Europa ocupada se apropriaram de estratégias de resistência, individualmente ou em grupos, para combater os alemães, tanto de maneira planejada quanto espontaneamente, contribuindo para a vitória sobre o nazismo.

Portanto, torna-se necessário dizer que a resistência não começa no levante de Varsóvia. Ela se faz com cada manifestação simples de homens e mulheres que, no exercício da luta pela liberdade, buscam mudar a realidade em que vivem, ainda que seja tão cruel.

⁴² Sabendo que também estavam condenados à morte, alguns membros do *Sonderkommando* escreviam sobre suas experiências e, guardavam em latas e enterravam no solo próximo ao crematório III. Muitos foram descobertos depois da guerra. O primeiro, escrito por Zalmen Gradowski, que morreu durante a revolta do *Sonderkommando*, foi descoberto por Sholomo Dragon, ex-membro do grupo, que levou os investigadores soviéticos a ele. No total, oito manuscritos foram recuperados entre 1945 e 1981. Para maiores detalhes, consultar O diário de Rywka de Rywka Lipszyc.

Pensar a resistência como a manutenção da liberdade, ainda que em tempos sombrios, é acreditar que é possível resistir ao mal e resistir não é apenas pegar em armas, mas viver.

3.3 Os diários: resistência intelectual

Um dos grandes desafios na historiografia sobre resistência judaica durante a *Shoá* é a definição do que deve ser considerado “resistência” a um poder opressor. Entretanto, considerando o exposto até o momento, fica evidente, nesta pesquisa, a defesa de que, de fato, apesar de toda engrenagem mortífera nazista, houve várias ações de resistência durante a *Shoá*.

Portanto, torna-se relevante trazer presente um dos mais notáveis esforços no exercício de resistência durante a *Shoá*, liderado pelo historiador Emanuel Ringelblum, fundador da Oficina de Arquivos Clandestinos que deu origem ao arquivo chamado O.S., que significava *Oyneg Shabes* (Alegria do Sábado).

O arquivo de Emanuel Ringelblum recebeu esse nome porque seus membros se encontravam secretamente nas tardes de sábado⁴³, no Gueto de Varsóvia. Ficou conhecido como o Arquivo Secreto de Varsóvia. O arquivo reuniu mais de 35 mil páginas, já classificadas como uma das mais significativas coleções de fontes que documentaram a *Shoá* no mundo.

O renomado historiador judeu-americano Samuel D. Kassow, retratou a iniciativa de Ringelblum em sua brilhante obra *Quem escreverá nossa história: os arquivos secretos do gueto de Varsóvia*, publicado em 2007 (no Brasil, em 2009).

Os estudos realizados por Kassow recuperam o projeto intelectual de documentação desenvolvido no gueto de Varsóvia, em 1940: “Ringelblum achava que a consciência histórica podia oferecer um baluarte cultural para os judeus laicos que rejeitavam tanto a religião quanto a assimilação” (KASSOW, 2009, p. 26).

Ringelblum (1940-1944) foi um historiador judeu nascido na Polônia. Pertenceu ao partido sionista socialista *Poalei Zion* e trabalhou com o Comitê de Distribuição Conjunta (JDC). Vendo que o que estava acontecendo com os judeus era sem precedentes, resolveu registrar os fatos para deixar um documento para as futuras gerações.

O *Oyneg Shabes* foi um trabalho coletivo e interdisciplinar, abrangendo os aspectos político, cultural e religioso, pois Ringelblum fazia questão de não contar apenas com a

⁴³ Informação retirada do site do Museu Yad Vashem. Disponível em: <https://www.yadvashem.org/es/holocaust/encyclopedia/ringelblum-emanuel.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

contribuição de historiadores. O grupo reunia intelectuais, como o professor Israel Lichtenstein, o economista Menahem Linder e o rabino Shimon Huberbrand.

Ringelblum, vivendo em Varsóvia, já recolhia documentos e testemunhos sobre a vida judaica e a ocupação desde 1939, nos primeiros meses do conflito, quando a Alemanha nazista invadiu a Polônia.

Em 22 de novembro de 1940, uma semana após o Gueto de Varsóvia ser isolado pelas tropas hitleristas, Ringelblum convidou cerca de dez pessoas para irem à sua casa, onde discutiram a ampliação do projeto *Arquivos do Oyneg Shabes*:

Seis meses depois, um decreto especial de Himmler interditava o acesso do gueto aos soldados alemães. Privados dos interlocutores, os judeus passaram então à segunda fase da resistência: o testemunho. O historiador Emmanuel Ringelbaum (...) relatou em seu diário que se sabendo condenados e, apesar da fome que os atormentava, seus companheiros de infortúnio conseguiram reunir forças suficientes para reunir todos os documentos que circulavam no gueto. Eles os remetiam para ele, a fim de que a história pudesse continuar a ser escrita, para que o mal da história não fosse apagado pela História. Esse afincamento em romper o silêncio, o silêncio que lhes havia sido imposto, é a prova de rara audácia e de uma não menos rara inteligência, bem como da arguta consciência que esses homens e mulheres tinham da sua responsabilidade para com as gerações futuras (HALTER apud LASKIER, 2008, p. 60).

Além disso, junto com o professor Eliahu Gutkowski e o economista Herz Wasse, Ringelblum criou uma agência clandestina de informações que fazia seus boletins circularem com a ajuda da resistência. Em abril de 1942, chegou a Londres o primeiro relatório do grupo, enviado ao governo polonês no exílio.

As palavras de ordem de Ringelblum eram “[...] reunir material, juntar impressões e registrá-las, imediatamente”, para que não fosse nada deturpado pela “[...] lente distorcedora da lembrança retrospectiva e da memória seletiva” (KASSOW, 2009, p. 31). Ele acreditava que os arquivos permitiriam ao mundo pós-guerra ouvir as vozes dos que foram silenciados e sabia da importância de coletar dados que seriam usados também em futuros julgamentos. Eram registros dos crimes cometidos pelos nazistas, e da vida, e morte dos judeus no gueto de Varsóvia, no resto da Polônia e, inclusive, nos campos.

No início, os colaboradores reuniram relatórios e testemunhos de judeus que haviam chegado ao gueto, a fim de solicitar assistência das organizações de assistência social. Sempre sob o manto do segredo, conseguiram juntar um vasto arquivo, que incluía documentos oficiais nazistas, cartões de racionamento de alimentos, mapas, embalagens de doces, jornais, desenhos cartazes, crônicas, poesias, obras literárias, com peças que misturavam o horror da ocupação com a intensa vida cultural e religiosa que existia, apesar das condições do gueto.

Enfim, tudo que pudesse preservar para as gerações futuras as imagens da barbárie. Escreveram artigos sobre cidades, povos, o gueto e o movimento de resistência judia.

Os materiais de arquivo e as crônicas escritas por Emanuel Ringelblum constituem a mais completa e valiosa fonte de informação sobre os judeus na Polônia sob a ocupação nazista e representam claramente uma forma de resistência à tentativa nazista de apagar os judeus da história:

[...] ao revelar toda a verdade, até onde fosse possível, o Oyneg Shabes ressaltava o heroísmo calado dos milhares de judeus do povo que ajudaram seus vizinhos e lutaram para manter a dignidade pessoal e nacional. O Gueto de Varsóvia produziu a polícia judaica, mas também criou os comitês de casas. Alguns judeus traíram seu povo; outros lutaram heroicamente para ajudar crianças à morte (KASSOW, 2009, p.466).

Eles também documentaram a deportação e extermínio dos judeus poloneses. Perto do fim da existência do gueto, os membros do grupo enviaram toda a informação que tinham sobre os assassinatos para a resistência polaca, que, mais tarde, a enviou para fora do país como contrabando. Desta forma, Emanuel Ringelblum contribuiu para denunciar as ações nazistas.

Nos últimos dias no gueto, os arquivos foram colocados em três latões de leite e duas caixas de metal e depois enterrados. Ringelblum temia que ninguém sobrevivesse para contar a história, e o mundo não tomasse conhecimento da existência do arquivo:

Apenas seis dias antes que os alemães descobrissem seu esconderijo, Ringelblum enviou uma carta a seu grande amigo Adolf Berman, pedindo-lhe que fizesse chegar de alguma maneira ao YIVO – o Instituto Científico Ídiche -, em Nova York, a informação sobre o local onde se encontrava o arquivo. “Se nenhum de nós sobreviver, pelo menos resta ele” (KASSOW, 2009, p. 18).

Segundo Kassow, Lichtenstein era o encarregado da “seção técnica” do *Oyneg Shabes*. Desde o começo da organização, apenas ele e Wasser sabiam a localização física dos escritos e documentos. Ele recrutou os jovens David Graber e Nahum Grzwacz para ajudá-lo. Antes, eles escreveram suas últimas mensagens para as futuras gerações. Graber, de dezenove anos escreveu:

O que não podemos gritar e bradar ao mundo enterramos no chão. [...] Gostaria de ver o momento em que o grande tesouro será desenterrado e anunciará a verdade ao mundo. Então possa o mundo saber tudo. Então possam se alegrar os que não sobreviveram, e possamos nos sentir como veteranos com a medalha no peito. Seremos os pais, os mestres e educadores do futuro. [...] Mas não, certamente não viveremos para ver, e por isso escrevo meu último desejo. Que o tesouro caia em

boas mãos, que perdure até tempos melhores, que previna e alerte o mundo sobre o que aconteceu [...] no século XX [...] Agora podemos morrer em paz. Cumprimos nossa missão. Que a história seja testemunha⁴⁴ (2009, p. 19).

Dos sessenta colaboradores da *Oyneg Shabes*, apenas três sobreviveram à guerra. Apenas a jornalista e escritora Rachel Auerbach, o secretário do arquivo, Hersh Wasser e a sua esposa Bluma.

O próprio Wasser quase morreu ao pular de um trem que seguia para Treblinka em 1943. Em 1944, os alemães descobriram seu esconderijo no norte de Varsóvia; porém, ele e a esposa sobreviveram. Se não fosse Wasser a conduzir as buscas, provavelmente o arquivo secreto não seria descoberto (KASSOW, 2009, p.17).

Em março de 1943, Emanuel Ringelblum e sua família escaparam do gueto e se esconderam na área não-judia de Varsóvia. Durante Pessach, naquele ano, ele retornou ao gueto, no meio da revolta. Ele foi deportado para o campo de trabalho de Trawniki, mas escapou com a ajuda de um polonês e de uma judia. Ele voltou a se esconder com sua família, mas em março de 1944 foi descoberto. Emanuel Ringelblum, sua família e os outros judeus que haviam se escondido com eles foram fuzilados nas ruínas do Gueto de Varsóvia.

Devido a destruição do Gueto de Varsóvia, houve um árduo trabalho para localizar a rua e o prédio onde estava o arquivo. A documentação foi preservada em três recipientes de metal:

Cavaram túneis fundos sob os destroços, abriram poços de ventilação e inseriram longas sondas de metal por entre as pedras e tijolos. E de repente uma sonda bateu em algo sólido: uma caixa de metal coberta de barro e firmemente amarrada com barbante – e depois outras nove (KASSOW, 2009, p.18).

Varsóvia, no pós-guerra – O descobrimento dos arquivos de Emanuel Ringelblum em um bunker da área do gueto⁴⁵.



Um deles foi descoberto em 1946 e o segundo em 1950; o terceiro ainda não foi localizado. Os materiais de arquivo e as crônicas escritas por Emanuel Ringelblum constituem

⁴⁴ Arquivo Ringelblum, parte I, nº 132.

⁴⁵ Foto retirada do site do Museu Yad Vashem. Disponível em:

<<https://www.yadvashem.org/es/education/educational-materials/online-courses/ghetto-life/lesson9.html>>.

Acesso em: 15 jun. 2019.

a mais completa e valiosa fonte de informação que temos sobre os judeus na Polônia sob ocupação nazista.

A primeira caixa continha os cadernos de apontamentos de Eiyahu Gutkowski, um dos secretários do *Oyneg Shabes*, que havia distribuído no Gueto de Varsóvia para artigos e relatórios. A outra trazia mensagens comoventes, testemunhos e últimos desejos dos que haviam enterrado o precioso lote de documentos no porão da Nowolipki 68. Antes da guerra, o edifício abrigava uma escola Ber Borochoy, dirigida por Israel Lichtenstein, relata Kassow (2009, p.18-19).

Por isso tudo, cabe trazer as palavras de Wasser que comungavam das palavras de Ringelblum:

Não vejo nosso trabalho como um projeto separado, como algo que inclui apenas judeus, que trata apenas de judeus, e que interessará apenas a judeus. Todo o meu ser se rebela contra isso. Não posso concordar com tal abordagem, como judeu, como socialista ou como historiador. Dada a tremenda complexidade dos processos sociais, em que tudo é interdependente, não faria sentido vermo-nos em isolado [kon nisht zayn reyde vegn opshliss zikh in unzere daled omes]. O sofrimento judaico e a libertação e redenção judaicas fazem parte da calamidade geral [umglick] e do impulso geral para eliminar o odiado jugo [nazista]. Temos de nos considerar participantes de uma tentativa universal [almenshlekher] de construir uma sólida estrutura de documentação objetiva que servirá ao bem da humanidade. Esperamos que o cimento e os tijolos de nossa experiência e de nosso entendimento possam servir de base (KASSOW, 2009, p. 467).

Assim, em 1999, a Unesco também reconheceu o significado do arquivo de Ringelblum, ao incluí-lo no Registro da Memória Mundial. Milhares de documentos, depois de sua descoberta, transformaram-se em acervo do Instituto Histórico Judaico da capital polonesa, e parte de coleção já foi exposta em outros países.

Tendo em vista os aspectos observados, fica evidente que a resistência foi uma constante durante todo o período da *Shoá*. Essa resistência armada ou desarmada, coletiva ou mesmo individual levou as vítimas nazistas a reunirem evidências sobre a situação da barbárie na Europa ocupada, também reafirmar um senso judaico de comunidade, história e civilização, em face da aniquilação física e espiritual, enfim, procurou resgatar a dignidade da vida humana.

Entretanto, torna-se pertinente a reflexão: até que ponto esses resistentes podem ser vistos como simples vítimas? Retomando por exemplo, os objetos de estudo desta pesquisa, os diários de Anne Frank, Helga Weiss e Rutka Laskier é possível compreender que essas adolescentes comuns, anônimas (pelo menos até a publicação de seus escritos)

buscaram na escrita de si uma maneira de expressar seus sentimentos e, ao mesmo tempo, de não deixar que a memória do sofrimento de sua gente fosse apagada.

Nesse sentido, a escrita de si passa a traduzir-se em protesto contra a barbárie humana, como citado anteriormente, escreve-se para salvar a vida pela escrita. Portanto, a escrita de si torna-se um instrumento de resistência porque reafirma o horizonte da liberdade.

Ao falarem de si, em seus diários, com o advento da Modernidade, as mulheres romperam com o silêncio imposto pelo modelo patriarcal, por sua vez, ao falarem de si em seus diários essas resistentes adolescentes romperam não só com esse silêncio, mas também o silêncio imposto pelo projeto de genocídio disfarçado de patriotismo.

Portanto, mesmo sem pegar em armas, assim como os membros da *Oyneg Shabes* as suas histórias são legítimas. As barreiras do silêncio foram rompidas com as suas escritas. As armas foram substituídas pelas canetas. Nesse caso, a resistência armada deu lugar à resistência intelectual.

Lembrar as adolescentes Anne, Helga e Rutka e de todos aqueles que substituíram a arma pela caneta hoje é não deixar triunfar o projeto de genocídio nazista. É homenagear individualmente os milhões que desapareceram. É resgatar a memória perdida, para que os mortos não sejam esquecidos.

Dessa forma os seus registros mostram e atestam que a importância dos gestos não se ampara unicamente na grandiloquência – a história dos anônimos compõe o substrato da História. Assim, simples diários podem contribuir com o legado de um povo.

Desta forma, após a Segunda Guerra Mundial, o registro dessa resistência intelectual foi de suma importância para que o mundo tomasse conhecimento do que aconteceu. O que se produziu foram verdadeiras bibliotecas sobre a *Shoá*. Por sua variedade literária e por sua riqueza, surgem como patrimônio não apenas do povo judeu, mas de toda humanidade.

Como afirma Carlos Reiss, “A personificação da Shoá por histórias e testemunhos, além de permitir uma reumanização da vítima (e do perpetrador), promove uma obrigação moral diante do sofrimento humano e transforma os jovens em ‘portadores da chama da memória’” (2018, p. 203).

Nesse sentido, contribuem para o entendimento da *Shoá*, na medida em que servem como um duplo resgate: da cultura de uma época e do “[...] sentido de unidade e coerência da experiência vivida” (2012, p. 220). Para Bertram J. Cohler, os diários eram “[...] um meio de manter a resiliência em meio à devastação” (2012, p. 220).

Diante do exposto, é possível afirmar que os diários das adolescentes, ainda que de caráter individual, documentam o relato da luta pela sobrevivência dos quais milhões de seres

humanos estiveram submetidos, tornando-se exemplos de resistência intelectual, provando que a resistência da *Shoá* não começa no levante de Varsóvia, já que resistir não é apenas pegar em armas, mas escrever:

Diante do horror, a linguagem podia ser frustrante e ao mesmo tempo consoladora. Escrever era afirmar a preciosa individualidade mesmo à beira da morte. Escrever era resistir, quando menos para impor justiça aos assassinos. Escrever era completar a derrota dos assassinos garantindo que os historiadores futuros utilizassem os gritos das vítimas para transformar o mundo (KASSOW, 2009, p. 24).

4. OS DIÁRIOS E A MEMÓRIA DA SHOÁ

4.1 A memória

A memória pode-se traduzir como faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo o quanto se ache associado aos mesmos, e ainda, exposição escrita ou oral de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos sequenciados; relato, narração.⁴⁶ Situando a memória no campo acadêmico, objetiva-se nesta pesquisa discutir alguns aspectos referentes à resistência e à memória, no seu caráter social, sobretudo pelo que nos apresentam Maurice Halbwachs e Beatriz Sarlo. Tanto Halbwachs quanto Sarlo definem a memória como um fenômeno coletivo.

Hegel, importante filósofo alemão do final do século XVIII e começo do século XIX, em *A Filosofia da História*, já sinalizava dois aspectos combinados na História: *res gestae* (acontecimentos passados) e *return gestarum* (narrativa dos acontecimentos passados). Com isso, Hegel destaca a existência e necessidade da memória como base para a existência da história, implicando, conseqüentemente, numa consciência ou memória coletiva. Para o filósofo alemão, segundo Funkenstein, “[...] todo evento que é ‘digno de ser lembrado’ (*dignum memoriae*) certamente foi posto em escrita por uma testemunha”, sendo ela o historiador (HEGEL, 1928, p. 97-98, apud, FUNKENSTEIN, 1989, p. 5).

De acordo com Kerwin Klein, no século XIX, os historiadores associavam a memória à categoria de fonte duvidosa (posto que sua origem residia na associação com a preservação das práticas religiosas), cabendo somente aos documentos escritos a veracidade dos acontecimentos históricos. Para o filósofo Friedrich Nietzsche, essa necessidade vital de separar a memória da história estava perdendo gradativamente sua força (2000, p. 130). Embora o conceito de memória social tenha sido elaborado por AbyWarburg⁴⁷, já que para ele as imagens são sempre forma de memória social, elementos do imaginário, o seu uso sistemático se deu com Maurice Halbwachs⁴⁸. Contudo, vale salientar que o crescimento dos estudos sobre memória nas áreas humanas eclodiu a partir dos anos 1980. No início dessa década, podemos notar um particularismo contemporâneo sobre a memória e voltado para os Estudos Culturais. Corroborou, também, a união entre História e cultura circundante.

⁴⁶ Definições retiradas do Dicionário Houaiss da língua portuguesa (2001).

⁴⁷ Através do *Mnemosyne*, visto como um projeto para colecionar uma memória social e coletiva. Uma das primeiras tentativas de interpretar esta memória por meio das reproduções fotográficas.

⁴⁸ Maurice Halbwachs é o fundador dos estudos sobre a memória na área das ciências sociais, concebendo-a como um fenômeno inteiramente coletivo.

Desde o surgimento na História da Nova História Cultural, o conceito de memória sofreu um deslocamento fulcral em seu sentido, deixando de referir-se às práticas religiosas, mas também para compreender a “ascensão do eu moderno” e a “secularização e privatização da memória”, sendo “apresentada como uma consciência crescente da construção da subjetividade ou mesmo descrita como uma desconstrução do eu moderno”, ressalta Klein (2000, p. 132).

A mudança interpretativa acerca de sociedade, cultura e memória aconteceu gradualmente, desde a década de 1980. Na década de 1990, a variedade interpretativa sobre a noção de sociedade influenciou visões interpretativas sobre os estudos de cultura e de memória.

A partir de 1980, com a ampliação dos estudos sobre a *Shoá*, a objetividade histórica foi questionada, decorrente dos questionamentos de Hayden White sobre a ideia de narrativa histórica como literária. Porém, foram nos trabalhos de Saul Friedländer (*Memory, History, and the Extermination of the Jews of Europe*, publicado em 1993), Michael Roth (*The Ironist's Cage: Memory, Trauma, and the Construction of History*, publicado em 1995) e Dominick LaCapra (*History and Memory after Auschwitz*, publicado em 1998) que a memória ganhou o *status* de ferramenta essencial na compreensão histórica de genocídios. Nesses estudos a memória “[...] é a resposta tardia ao grande trauma da modernidade, a Shoá”, bem como confere autenticidade ao real, ao dialogar história, psicanálise freudiana e filosofia (KLEIN, 2000, p. 139).

De acordo com Halbwachs, a memória consiste num fenômeno eminentemente coletivo, considerando que as memórias de um indivíduo nunca são só suas, ou seja, ao invés de ser um fato puramente individual – como era defendido pela filosofia, pela psicologia e pelo senso comum da época –, a memória seria uma construção social, constituindo-se a partir das relações mantidas entre os indivíduos e os grupos:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, na realidade, nunca estamos sós” (Halbwachs, 1990, p.26).

O indivíduo isolado não forma lembranças, ou pelo menos não é capaz de sustentá-las por muito tempo, pois necessita do apoio dos testemunhos de outros para alimentá-las e formatá-las. As memórias individuais se formam a partir da relação com o outro. Assim, na concepção de Halbwachs, a memória pode ser entendida como uma re-construção do passado realizada com o auxílio de dados do presente.

Isso ocorre através de um processo de seleção, pois é impossível registrar tudo o que ocorreu num dado momento, não só no plano individual, mas também no plano coletivo. Assim, as visões construídas sobre o passado revelam mais sobre o momento presente do que sobre o passado que se pretende restituir. A memória é, portanto, um tipo de relação que se estabelece entre o presente e o passado.

Isto vem ao encontro de Amos Funkenstein ao concluir que consciência e memória são realizações mentais individuais (mesmo indivíduos que viveram os mesmos acontecimentos, terão associações e sentimentos associados à memória de modo variado). Porém, isso não significa que não exista uma memória partilhada, coletiva, e mesmo a memória individual pode ser pensada dentro de um contexto social (FUNKENSTEIN, 1989, p. 6). No ato de lembrar existe, similar à linguagem, um conjunto de signos e símbolos que o sujeito recorre a fim de recuperar na mente o evento pretérito vivido. (FUNKENSTEIN, 1989, p. 7).

Para a socióloga argentina Elizabeth Jelin, a noção de “memória coletiva” tem sérios problemas, na medida em que é entendida como algo com identidade própria, com uma identidade reificada, que existe acima e separada dos indivíduos (2002, p.22). Para ela, é necessário levar em conta os processos de construção da memória, considerando os atores sociais, inclusive os marginalizados e excluídos, portanto, a memória individual tem um papel relevante nesse processo.

Michael Pollak, por sua vez, importante estudioso do assunto, em linhas gerais, concorda com Maurice Halbwachs, ao apontar a memória como um fenômeno coletivo, definindo-a como uma construção social. Ambos os autores definem a memória como uma construção do passado realizada no presente.

No entanto, para Pollak, o indivíduo também tem as suas lembranças, também é capaz de formar e acessar memórias, participando ativamente da construção das recordações dos grupos, o que contraria a visão de Halbwachs, que defende que o social se define em oposição ao individual (1992, p. 201).

Em Santo Agostinho é possível encontrar reflexões sobre a relação entre memória, acontecimentos pretéritos e tempo (que media a memória). A memória é derivada do presente e surge no presente. Esta visão foi retomada pelo sociólogo franco-judeu Maurice Halbwachs, em seu livro *A memória coletiva*, sem perder de vista a relação entre memória pessoal e memória coletiva (além da memória histórica construída pelos historiadores) (FUNKENSTEIN, 1989, p. 9).

O tempo é entendido por Santo Agostinho como a própria vida da alma ou do espírito, que se estende para o passado ou para o futuro, é uma extensão da alma. Portanto, não pode ser medido como algo exterior, mas algo que acontece na alma.

O tempo se divide em: presente das coisas passadas, presente das coisas presentes e presente das coisas futuras. O passado já não existe mais e o futuro ainda não veio. Para Agostinho o único tempo que realmente existe é o presente, embora este não tenha duração. O tempo seria uma sucessão de instantes em que o passado se torna presente e cede lugar ao futuro.

A partir dessa compreensão, é possível afirmar que o tempo é medido pela alma, e o passado é concebido como memória e o futuro como expectativa. No presente os acontecimentos passados são narrados, então o tempo presente é um tempo que se volta para o passado. O que não existe mais em si mesmo existe na memória.

Assim, a ação de medir o tempo se dá no interior da alma, na qual ele deixa uma impressão enquanto transita como lembrança das coisas passadas, a visão das coisas presentes e a espera das coisas futuras.

Nesse contexto, o presente nada mais é do que um instante que, tão logo seja, deixa de ser, por não ter extensão nem duração. E o passado e o futuro só existem no presente, pois o passado existe como lembrança do que já foi, e o futuro como antecipação do que será.

Desse modo, ainda que os acontecimentos passados sejam narrados como verdade, “[...] a memória relata não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma espécie de vestígios” (AGOSTINHO, 2015, p. 308).

Sem a memória, não só as coisas passadas seriam inacessíveis, não haveria nem presente, nem futuro, já que o futuro só é possível a partir do presente das coisas passadas. São as imagens contidas na memória que permitem prever o futuro. Pelos vestígios impressos na alma, é possível prever o que há de ser. O saber se constitui de memória. Portanto, o que é medido são as impressões que permanecem fixadas na memória.

Beatriz Sarlo, por sua vez, entende que as lembranças só se constituem quando assumem a forma de uma narrativa, organizando os acontecimentos da vida pessoal em torno de princípios teleológicos bem definidos, que transcendem o indivíduo e conferem um sentido socialmente inteligível às trajetórias individuais. Para a autora, portanto, não existe uma experiência pura, verdadeira e plena que se deixe expressar por inteiro através dos testemunhos individuais:

Em suma, não se pode representar tudo o que a experiência foi para o sujeito, pois se trata de uma “matéria-prima” em que o sujeito-testemunha é menos importante que os defeitos morais de seu discurso. Não é o sujeito que se restaura a si mesmo no testemunho do campo, mas é uma dimensão coletiva que, por oposição e imperativo moral, se desprende do que o testemunho transmite (SARLO, 2007, p.36).

Para a autora, as lembranças e relatos pessoais podem, sim, contribuir para a construção do conhecimento histórico, desde que suas especificidades sejam levadas em consideração. Memórias pessoais podem ser fontes valiosas em determinados contextos de pesquisa. Além disso, a importância moral assumida pelos testemunhos das vítimas de casos-limite, como a *Shoá*, passou a ser estendida de modo indevido a toda forma de experiência subjetiva, inclusive às mais banais e ordinárias.

Seguindo este raciocínio, a palavra reflete os fatores socioculturais, políticos e pessoais do mundo no qual se insere o narrador. Neste sentido, a relembração é uma experiência social, coletiva, já que as lembranças também se fazem pelos outros, como afirma Maurice Halbwachs⁴⁹ (1990, p. 26): “[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos.”

Desta forma, a memória de uma pessoa está ligada à memória de um grupo, por sua vez inserida à memória coletiva. E mais, a memória autobiográfica está imbricada na memória histórica, já que, segundo Marina Maluf (1995, p. 35), a “[...] história de uma vida é parte integrante da história mais geral”. Isto porque a memória pessoal necessita de lembranças que são invocadas através das referências da sociedade.

Logo, a história vivida está dentro do conceito de memória coletiva. As várias experiências individuais possuem sua própria temporalidade e sua própria história, ao mesmo tempo há uma dinâmica do grupo ao qual esses indivíduos pertencem que sempre busca o desenvolvimento de uma memória comum, a fim de buscar sua identidade através do tempo, a partir das semelhanças do passado.

Nesse contexto, pensar o estudo da *Shoá* é pensar, sobretudo, no desafio de se transformar a lembrança traumática de cada sobrevivente em memória para a consolidação de uma identidade coletiva, como destaca o coordenador-geral do Museu do Holocausto de Curitiba, Carlos Reiss:

[...] era necessário que as lembranças e as experiências traumáticas deixassem a exclusiva carga emocional e passassem por um processo de reconstrução e

⁴⁹ O sociólogo francês Maurice Halbwachs foi o pioneiro nos estudos sobre a memória coletiva que auxiliam na compreensão da rememoração da *Shoá*.

remodelação para o formato de memória e, posteriormente, de memória coletiva (primeiro judaica/particular, depois universal) (REISS, 2018, p.39).

O que Reiss quer ressaltar é que a *Shoá* não pode se resumir a uma espécie de experiência sensorial com a barbárie, mas é necessário se alcançar uma identidade coletiva a partir da memória compartilhada, já que a memória é a garantia plena da identidade como grupo e como seres humanos.

Para isso, destaca ainda que para que se alcançasse tal feito era imprescindível transformar lembrança em memória, pois a lembrança é apenas uma invocação ingênua do passado; já a memória possibilita que se cultive o que passou e ao mesmo tempo que se projete o futuro.

Porém, a formação de uma memória coletiva universal da *Shoá* só seria possível, no momento em que as experiências amargas e cruéis “[...] fossem não apenas incorporadas como parte da identidade judaica, mas construídas num ambiente social global”, levariam algumas décadas para que se atingisse certa maturidade em termos de memória coletiva universal da *Shoá*, destaca Reiss.

Essa tarefa de transformar a lembrança num componente de identidade da *Shoá* foi a primeira etapa, a partir dos fins dos anos de 1940, para a concretização do chamado “dever de memória” (Reiss). A ideia de “dever da memória” é muito abordada, por muitos dos sobreviventes, como Elie Wiesel.

O “dever de memória” está sempre presente na literatura da *Shoá*. Mas o que vem a ser esse “dever de memória”? É bastante comum percebê-la enquanto responsabilidade, obrigação daquele que viveu de falar sobre a barbárie nazista.

Entretanto, o historiador e cientista político italiano Enzo Traverso, retomando o modelo proposto por Henry Rousso, destaca que a memória tende a atravessar várias etapas (TRAVERSO, 2012, p. 57-58).

A primeira caracteriza-se por um acontecimento marcante, muitas vezes um trauma, a amnésia social. Em seguida, a fase do recalçamento quer lembrar — mas não consegue — o vivido permanece oculto. Aqui começa a surgir uma reivindicação da memória, uma revolta contra o silêncio cúmplice, como afirma Traverso. Esse recalque pode converter-se em obsessão memorial, o que caracteriza a terceira etapa da memória.

Portanto, o “dever de memória” caracteriza-se por essa terceira fase da memória, seria essa obsessão pela memória, o desejo incontrolável de contar e recontar a experiência concentracionária, fase onde há maior produção histórica.

De acordo com Traverso, a fase da obsessão, a do “dever de memória”, é a fase atual, fruto da perda de referências:

[...] a obsessão memorial dos nossos dias é um produto do declínio da experiência transmitida num mundo que perdeu as suas referências, desfigurado pela violência e atomizado por um sistema social que apaga as tradições e fragmenta as existências (2012, p.14).

No entanto, ao contrário do que muitos pensam: “[...] o risco não é o de esquecer a Shoá, mas o de fazer mau uso da memória, embalsamá-la, de a fechar nos museus e de neutralizar o potencial crítico, ou, pior, de a submeter a um uso apologético da atual ordem mundial”, destaca Traverso (2012, p.110).

Deste modo, o “dever de memória” é fruto da transição do não conseguir contar para a obsessão de contar, e nesse processo há o risco dos abusos. Os abusos da memória podem ocorrer de várias formas como a competição entre as vítimas, ao defender que a sua dor jamais pode ser comparada a qualquer outra, o culto à memória, uma obsessão pelo passado, traduzida na forma de uma celebração incessante no presente eterno, a reificação do passado, ou seja, a transformação do passado em objeto de consumo, entre outros.

Por sua vez, para que a consolidação da *Shoá*, como parte da identidade judaica, pudesse ocorrer, era necessária a transformação das lembranças em memória social e histórica, para que, só então, pudesse configurar-se numa memória coletiva, destaca Reiss (2018). Os estudos do sociólogo francês Maurice Halbwachs⁵⁰, citado anteriormente, foi extremamente relevante nesse processo.

Não há como pensar numa transformação automática da memória coletiva universal diante de tantas lembranças traumáticas (REISS). Por um longo tempo, a maioria dos sobreviventes permaneceu silenciada, mesmo no seio de sua família. Esse silenciamento pode ser compreendido a partir de diversos fatores, como a culpa por ter sobrevivido, o desejo do anonimato, por não desejar transmitir sofrimento, pelo temor de ser incompreendido, por não encontrar quem o escutasse entre outros. Os relatos das vítimas não eram percebidos enquanto fontes históricas.

Mas esse silenciamento não pode ser confundido com esquecimento, como afirma Michael Pollak: “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (1989, p.5).

⁵⁰ Maurice Halbwachs morreu de disenteria em 16 de março de 1945, 25 dias antes da liberação do campo de concentração nazista de Buchenwald, na Alemanha, pelo exército norte-americano.

Para Elizabeth Jelin, esse silenciamento, fruto de um acontecimento traumático, pode gerar diversos tipos de comportamentos:

Para aqueles que viveram um evento ou experiência, tê-lo vivido pode ser um marco central em suas vidas e memórias. Se foi um acontecimento traumático, mais do que memórias, o que pode ser vivido é um buraco, um vazio, um silêncio ou vestígios desse trauma que se manifestam em comportamentos ou mesmo patologias atuais (e, com frequência, um simples « Eu esqueço »)⁵¹. (JELIN, 2002, p.33).

Cabe ainda ressaltar que, de acordo com Jelin, abordar a memória envolve um jogo de saberes e também de emoções (2002) que vão interferir na capacidade de falar:

Uma das características das experiências traumáticas é o enorme impacto que causam, criando uma lacuna na capacidade de "ser falado" ou contado. Isso causa um buraco na capacidade de representação psíquica. Palavras estão faltando, memórias estão faltando. A memória é desarticulada e apenas vestígios dolorosos, patologias e silêncios aparecem. O traumático altera a temporalidade de outros processos psíquicos e a memória não pode levá-los, não pode recuperar, transmitir ou comunicar o que foi vivido⁵² (JELIN, 2002, p. 36).

Por outro lado, é oportuno lembrar que diversos registros e documentos relacionados aos campos de concentração e extermínio, inclusive corpos das vítimas assassinadas, foram destruídos, fruto de uma vontade política de “esquecimento”, a fim de manipular a história e a memória:

As rasuras e esquecimentos também podem ser o produto de uma vontade ou política de esquecimento e silêncio por parte de atores que elaboram estratégias para esconder e destruir evidências e traços, evitando assim recuperações de memórias no futuro - lembre-se da famosa frase de Himmler no julgamento de Nuremberg, quando declarou que a "solução final" era uma "página gloriosa de nossa história, que nunca foi escrita e nunca será" . Em tais casos, há um ato político voluntário de destruição de evidências e impressões digitais, a fim de promover o esquecimento seletivo, eliminando a evidência documental⁵³ (JELIN, 2002, p. 29-30).

⁵¹ Para quienes vivieron un evento o experiencia, haberlo vivido puede ser un hito central de su vida y su memoria. Si se trató de un acontecimiento traumático, más que recuerdos lo que se puede vivir es un hueco, un vacío, un silencio o las huellas de ese trauma manifiestas en conductas o aun patologías actuales (y, las menos de las veces, un simple «olvido»). (Texto original)

⁵² Una de las características de las experiencias traumáticas es la masividad del impacto que provocan, creando un hueco en la capacidad de «ser hablado» o contado. Se provoca un agujero en la capacidad de representación psíquica. Faltan las palabras, faltan los recuerdos. La memoria queda desarticulada y sólo aparecen huellas dolorosas, patologías y silencios. Lo traumático altera la temporalidad de otros procesos psíquicos y la memoria no los puede tomar, no puede recuperar, transmitir o comunicar lo vivido. (Texto original)

⁵³ Las borraduras y olvidos pueden también ser producto de una voluntad o política de olvido y silencio por parte de actores que elaboran estrategias para ocultar y destruir pruebas y rastros, impidiendo así recuperaciones de memorias en el futuro —recordemos la célebre frase de Himmler en el juicio de Nuremberg, cuando declaró que la «solución final» fue una «página gloriosa de nuestra historia, que no ha sido jamás escrita, y que jamás lo será». En casos así, hay un acto político voluntario de destrucción de pruebas y huellas, con el fin de promover olvidos selectivos a partir de la eliminación de pruebas documentales. (Texto original)

Já o historiador Israel Gutman destaca que o principal motivo do silenciamento foi a “maldição da diáspora”. Os sobreviventes, principalmente os que chegaram ao recém-criado Estado de Israel eram considerados “malditos” de acordo com o estereótipo negativo de que haviam sido passivos como um “gado” ou a “ovelha levada ao matadouro”, o que causou uma profunda vergonha àqueles que haviam retornado (Apud REISS, 2018, p. 48).

Esse estereótipo foi reforçado no contexto da Guerra de Independência de Israel entre 1947 e 1948, como destaca o historiador do Yad Vashem Avrahan Milgran: “O oposto dele (sobrevivente) era o cidadão israelense que lutou, venceu, foi combativo, corajoso, altivo, que dizia: ‘nós quando fomos ameaçados, olha como lutamos; vocês são o produto de tudo o que há de errado na Diáspora’” (Apud REISS, 2018, p.51). O contraponto “novo judeu” X “velho judeu” explicitou o rechaço brutal pelo tema da passividade judaica e o enfoque central exclusivo nas histórias (minoritárias) de resistência armada.

Além de todo exposto sobre o percurso de consolidação da memória da *Shoá*, o autor Carlos Reiss ressalta em sua obra que: “[...] a criação do Yom Hashoá (Dia do Holocausto) e a consequente consolidação da data comemorativa podem ser compreendidas como os primeiros passos para a formação de uma memória coletiva judaica” (2018, p.58).

Reiss afirma ainda que, nas décadas seguintes, outros marcos significativos contribuíram para a consolidação da memória coletiva judaica da *Shoá*: o julgamento de Eichmann (que será aprofundado posteriormente), a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra de Yom Kipur (1973), a Ascensão da direita israelense ao poder (1977), as memórias escritas e as mudanças de paradigmas no ensino do Holocausto⁵⁴. Ele conclui: “Foram necessários marcos suficientemente poderosos para que os paradigmas negativos de recordação do Holocausto fossem dissipados e uma consciência coletiva global fosse criada sobre a importância de ‘lembrar e não esquecer’” (2018, p. 69).

De acordo com Reiss, a inauguração da nova estrutura do Yad Vashem, em Jerusalém, 2005, estabelece uma consciência coletiva acerca da inevitabilidade do ensino da *Shoá* e de suas ferramentas pedagógicas: “Consolidava-se, em suma, a construção da memória coletiva universal do Holocausto em todas as suas esferas e, como resultado, a constituição de um tema educativo relevante e de exploração obrigatória em todas as partes do planeta” (2018, p.

⁵⁴ O objetivo desta pesquisa não é aprofundar todos esses marcos, apenas o Julgamento de Eichmann. Para o aprofundamento do tema consultar a obra de Carlos Reiss: Luz sobre o caos: Educação e Memória do Holocausto.

92)⁵⁵. As antigas exposições históricas e massificadas sobre o antissemitismo e a ascensão do Nazismo foram substituídas por um trajeto cronológico que incide sobre as histórias pessoais de vítimas.

Diante do exposto, é possível dizer que preservar a memória da *Shoá* não se trata de, simplesmente, buscar a rememoração dos fatos, uma espécie de culto ao passado, mas não deixar que as memórias sejam distorcidas ou apagadas, pois ainda que as vítimas não sobrevivam, as suas experiências testemunham a tragédia vivida.

Essa rememoração dos fatos refere-se ao sentido benjaminiano, como afirma Jeanne Marie Gagnebin, isto é, “[...] uma memória ativa que transforma o presente” (2009, p.59). Não se trata apenas de não esquecer o passado, mas também agir sobre o presente.

Portanto, ainda que não possa haver na história nenhuma repetição idêntica, já que os horrores podem ser apenas recorrentes ou semelhantes, ainda que tão cruéis quanto, é legítima a preocupação com a memória, por isso, cabe então ao historiador “[...] preservar a memória, salvar o desaparecido, o passado, resgatar as tradições, vidas, falas e imagens” (GAGNEBIN, 2009, p. 97).

É muito significativo o apontamento de Gagnebin, pois, pensar a possibilidade de eventos tão cruéis quanto a *Shoá* é ir contra a concepção de singularidade e unicidade. Se a *Shoá* é entendida como um fato histórico e humano, isso quer dizer que ele pode voltar a acontecer ainda que não seja nos moldes de uma repetição idêntica.

Tanto para o historiador tcheco-israelense e sobrevivente Yehuda Bauer, quanto para o historiador David Bankier, a *Shoá* é uma forma extrema de genocídio, que o torna consequentemente inédito e sem precedentes em relação a outros anteriores. Mas a qualidade de “extrema”, está atrelada a três elementos: global, total e ideológico deste genocídio (Apud REISS, 2018, p.140).

Para Bauer quando se fala em genocídio, há que se falar em intenção, é a intenção que o torna inédito, portanto, o “problema judaico” estava ligado a um problema global e a solução dele dependia o futuro da humanidade. Há aí um caráter global e universal (Apud REISS, p.141-142).

Assim, havia um foco universal na perseguição dos judeus, havia uma totalidade planificada, ou seja, um plano governamental e havia uma motivação básica puramente ideológica, enraizada num mundo perfeito e ilusório de imaginação nazifascista, afirma Reiss:

⁵⁵ No Brasil, surge em novembro de 2011 o Museu do Holocausto de Curitiba, com a proposta de unir programas de educação, pesquisa e memória, o primeiro sobre a temática no país.

[...] tratava-se de uma atividade desenvolvida com o sentido de dever, sem envolvimento emocional, uma tarefa de cunho universal guiada não por um ódio e sim motivada ideologicamente por ideias de espaço vital, raça, nação e povo. Ser nazista ou simpatizante representaria o cumprimento deste modelo de reconstrução do mundo, e não um ato pessoal de sadismo ou de burocrata ignorante (2018, p.142).

Portanto, “[...] a herança da *Shoá* precisa ser fortemente preparada para que não ocorra com sua memória o mesmo que ocorreu com a de outros eventos históricos: ora esquecido e menosprezado, ora mitificado e sacralizado, ora simbolizado ao extremo” (REISS, 2018, p.16).

Em virtude do que foi mencionado, é oportuno lembrar que os três diários citados nesta pesquisa possuem o compartilhamento de experiências de trauma, produzindo “memórias sobre a tragédia”, em dimensão individual sobre o coletivo da época, e, portanto, olhares autorais significativos sobre os eventos e terrores da política nazista de extermínio que culminou com o genocídio de cerca de seis milhões de judeus⁵⁶ e outros grupos discriminados pelo regime totalitário.

A despeito disso, contar a história das adolescentes torna-se imprescindível, e, no caso de Anne Frank e Rutka Laskier⁵⁷, uma forma de fazer com que os “6 milhões” sejam tratados na sua individualidade, pois, desses milhões de vítimas, tem-se aqui duas histórias. Não apenas números, mas duas histórias. É possibilitar uma identidade a cada uma delas.

Portanto, o que se pretendeu, nesta pesquisa, entre outras coisas, foi expor de quais maneiras as memórias pessoais do genocídio, passam para a memória coletiva e como essas memórias, como, por exemplo, aquelas nascidas nos diários, revelam mais do que dizeres ou não dizeres de uma época, a forma como os indivíduos se veem no mundo e nele atuam ou atuaram.

Por isso tudo, pensar nessas memórias como instrumentos de resistência é considerar até que ponto as adolescentes citadas foram meras vítimas na política nazista, ao deixarem os vestígios que permitiram revelar o projeto de aniquilação daqueles que supostamente colocavam em risco o futuro da humanidade.

É possível, ainda, dizer que esses diários se encaixam perfeitamente no contexto do Museu Yad Vashem, pois eles conferem personificação às histórias pessoais das vítimas da

⁵⁶ Segundo Carlos Reiss, esse número, “seis milhões”, veio à tona pela primeira vez em novembro de 1945, no depoimento de **Wilhelm Höttl**, oficial da SS e membro do Partido Nazista austríaco. Anos mais tarde, em 1961, também testemunhou no julgamento de Eichmann, onde descreveu uma conversa que tivera com ele, daí teria surgido esse número, negado por Eichman enquanto julgado.

“O Yad Vashem, por meio de seu centro de pesquisa e documentação, destaca que tanto as estimativas iniciais quanto as mais recentes, oriundas de uma variedade de estudiosos, têm sempre recaído entre cinco e seis milhões de assassinatos” (REISS, 2018, p. 189).

⁵⁷ Apenas duas, pois Helga Weiss foi a única sobrevivente.

Shoá, cada uma delas com um nome, um sobrenome, uma história. E, ainda, de alguma maneira, eles permitem “um olhar nos olhos das pessoas”, como afirma o diretor e curador do museu em questão, Avner Shalev.

4.2 Anne Frank X Helga Weiss X Rutka Laskier

As histórias de Anne Frank, Helga Weiss e Rutka Laskier possuem muitas semelhanças: são adolescentes que viveram os horrores da Segunda Guerra Mundial, utilizaram seus diários para registrarem suas memórias e tiveram o mesmo destino, Auschwitz. Entretanto, enfrentaram situações extremamente distintas durante a guerra.

Mesmo sendo possível alegar que as três jovens sofreram e que foram vítimas da *Shoá*, não se podem desconsiderar as particularidades inerentes dos locais onde viveram antes de serem deportadas a Auschwitz. Afinal, viver no gueto de Bedzin⁵⁸, no campo de concentração de Theresienstadt (Terezín)⁵⁹ ou em um esconderijo em Amsterdã, na Holanda ocupada pelos nazistas, eram situações diferentes que, por sua vez, permitiam vivências diferentes.

Ademais, o acesso às informações sobre a guerra e o extermínio dos judeus europeus que estava em curso variava de lugar para lugar, o que explica as diferentes percepções sobre o desenrolar da guerra e do destino dos judeus em cada um dos diários analisados. Portanto, cada família estabeleceu suas estratégias de resistência a partir das condições em que se encontravam e da visão de mundo que possuíam.

O pai de Helga, Otto Weiss, por exemplo, ao receber em segredo no alojamento masculino do campo de Terezín o desenho da filha, escreve de volta: “Desenhe tudo o que vê!”, ao entender a importância desse registro. Já Yaacov Laskier, pai de Rutka, procurou exercitar a consciência política da filha, orientando-a quanto à política restritiva do gueto, enquanto que a família de Anne Frank entendeu que resistir seria preservar os valores familiares.

Os diários possuem especificidades significativas: Helga é tcheca, Anne é alemã e Rutka polonesa. Enquanto que na Polônia a guetorização é explícita e há pouca preocupação de esconder a violência, na Alemanha sequer houve gueto ou campos de extermínio.

⁵⁸ Bedzin pertencia à região de *Warthegau/Wartheland*, como foi denominada a parte da Polônia anexada pelos *Reich* alemão.

⁵⁹ Terezín pertencia ao Protetorado da Boêmia e Morávia administrado pelos alemães.

Há um esforço alemão de não mostrar tão explicitamente a violência para quem possuía etnias próximas, o que explica as experiências de Anne e Helga serem um pouco diferentes das vividas por Rutka.

Além das particularidades inerentes à nacionalidade das adolescentes, do local onde viviam, da diversidade no acesso às informações sobre a guerra é importante considerar o tipo de educação que cada uma recebeu⁶⁰, o que se tornava evidente na percepção do que estava acontecendo, inclusive do destino que as esperava.

O pai de Anne, Otto Frank, um comerciante judeu e Otto Weiss, pai de Helga, um bancário, ambos se encontravam limitados, o primeiro escondido no anexo e o segundo no campo de concentração, o que fez com que houvesse maior dificuldade de inserirem as suas filhas no contexto político da época.

Ao longo de seus diários é possível perceber que na maioria das vezes mantinham-se informadas através dos boatos que circulavam: “Quando haverá um fim? Qual é a situação política? Se ao menos fosse possível acreditar nas notícias, mas tudo é em parte inventado, distorcido, embelezado, sempre aqueles estúpidos e otimistas *bonkes* – ‘boatos’” (WEISS, 2013, p.123).

Já Yaacov Laskier, pai de Rutka, é um bancário judeu, que circula pelo gueto, pelo menos até abril de 1943, da esquerda ativista (movimento de resistência), ou seja, um militante que procura exercitar a consciência política da filha, deixando-a a par do que estava acontecendo, de um possível destino.

A partir da análise dos diários, é possível destacar no relato de Rutka a clareza que possuía da realidade na qual estava inserida, diferentemente das demais adolescentes, já que, antes de terem Auschwitz como destino, Anne vivia escondida no Anexo, Helga no campo de concentração e Rutka no gueto, onde, apesar das restrições, circulava, conversava, encontrava os amigos, e trabalhava, porque era obrigada a trabalhar (segundo decreto judeus de 14 aos 60 anos eram obrigados a trabalhar) (LASKIER, 2008, p. 37).

É fundamental uma contextualização que leve em conta o ambiente em que elas viviam e o acesso a informações, lembrando que a última vivia no gueto de Bedzin⁶¹, um gueto aberto, que permitia circulação dentro e mesmo fora da cidade, cujo cercamento só ocorreu por alguns meses, entre abril e agosto de 1943, quando foi liquidado.

Isso fica evidente em um trecho do diário de Rutka, datado em 5 de fevereiro de 1943: “O círculo se fecha cada vez mais em torno de nós. No mês que vem o gueto será fechado,

⁶⁰ A palavra educação não se refere à educação formal, mas ao tipo de criação que elas tiveram de seus pais.

⁶¹ Segundo Marek Halter, “A comunidade judaica de Bedzin é considerada esquerdista, o que talvez possa explicar tamanha vivacidade numa garotinha de catorze anos” (HALTER, 2008, p.51).

será um verdadeiro gueto, com muros de pedra” (LASKIER, 2008, p.26). Ela tinha consciência dos perigos que judeus corriam. O gueto realmente é fechado, porém, um mês depois do previsto em seu relato.

Segundo Marek Halter, os nazistas ocupam Bedzin em 4 de setembro de 1939 e incendiam a grande sinagoga. Depois desse episódio, veio a criação do gueto. Mas, “[...] apesar de tudo, até 1940-1941 a situação dos judeus de Bedzin podia ser considerada melhor do que a de outras localidades” (2008, p.52).

Os judeus podiam circular mais livremente que em outros guetos, o que aumentava o acesso a informações sobre os assassinatos em massa que estavam ocorrendo nos territórios ocupados, informações que chegavam de todas as partes - inclusive de visitantes como Mordechai Anielewicz, ativista judeu que liderou o Levante do gueto de Varsóvia.

Mordechai ficou por duas semanas em 1942, em Bedzin, organizando o movimento de resistência local que contava com aproximadamente mil e quinhentos ativistas de vários agrupamentos que, unidos, promoveram o levante do gueto de Bedzin⁶², em agosto de 1943, contra novas deportações.

Diante do exposto, é possível afirmar que esses diários permitem um olhar bastante peculiar da vida no gueto, no anexo adaptado à clandestinidade, nos campos de concentração e extermínio.

Com eles é possível ter acesso a muitos detalhes de seu cotidiano, imbuídos de sentimentos tão profundos que, como são relatados enquanto se experimenta tais situações, é possível ter na medida em que a leitura é feita, uma dimensão do estrago causado naquele que registra, diferentemente de uma fotografia, por exemplo, que se mostra estática e sem vida.

Assim, os diários estão a serviço da memória da *Shoá*, pois não separam de forma estanque, história e memória. Eles são importantes documentos históricos, pois revelam uma época e ao mesmo tempo ultrapassam as barreiras da memória individual, uma vez que toca na privação de valores universais, como o direito à vida, à cidadania, a uma pátria, ao direito de ir e vir. A memória seria uma forma de revelar a experiência vivida pelo ser humano. Enfim, o estudo dos diários, além de dar voz às adolescentes, fornece as diferentes visões sobre a condição de sobrevivência diante dos horrores da *Shoá*.

⁶² Segundo Halter, existia em Bedzin uma seção da organização judaica de combate, Zydowska Organizacja Bojowa, dirigida em Varsóvia por Mordechai Anielewicz (2008, p. 56). O levante do gueto de Bedzin é menos conhecido devido ao fato de sua resistência durar apenas 30 minutos, entretanto sua estratégia era mesma do levante do gueto de Varsóvia. Para Halter, uma das razões pela qual os judeus de Bedzin não se sublevaram foi o fato de serem estudiosos da Bíblia e do Talmud, ávidos pelo saber, porém desprezavam a violência (HALTER, 2008, p.58).

4.3 Um anexo sobre o uso da memória da Shoá: o julgamento de Eichmann

Quando me ponho diante dos senhores, juízes de Israel, neste corte, para acusar Adolf Eichmann, eu não estou sozinho. Aqui comigo neste momento estão 6 milhões de promotores. Mas eles não podem levantar o dedo acusador na direção da cabine de vidro e gritar j'accuse contra o homem ali sentado [...] Seu sangue clama ao Céu, mas sua voz não pode ser ouvida. Por isso cabe a mim ser seu porta-voz e pronunciar a infame acusação em seu nome.

Abertura do discurso do Promotor Gideon Hausner (ARENDDT, 1999, p. 283)

É preciso reconhecer que essas memórias são profundamente revisitadas com o julgamento de Eichmann. A partir dele houve uma intensa revisão dos fatos ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial, pois as vítimas envolvidas relataram o que viveram, expondo os horrores até então silenciados, utilizando, assim, o espaço criado para a discussão da memória do genocídio.

Adolf Eichmann foi preso por soldados americanos em 1945 e não revelou sua identidade. Um ano depois, conseguiu fugir com outros presos e começou a trabalhar no norte da Alemanha, com um nome falso. Em 1950, fez contato com a Odessa, uma organização secreta de ex-oficiais da SS, que o ajudou a fugir. Na Itália, providenciou documentos falsos. Com o nome de Ricardo Klement, ele emigrou para a Argentina.

O serviço secreto israelense Mossad o descobriu e o sequestrou em 1960. Enquanto aguardava o julgamento, Eichmann escreveu suas memórias, nas quais insistia em sua condição de mero cumpridor de ordens superiores, sem jamais preocupar-se em questioná-las.

O réu quis passar a imagem de um burocrata que teria apenas assinado documentos, porém, é sabido que ele havia coordenado a perseguição, o sequestro e a deportação de milhares de judeus, marcados para morrer nos campos de concentração e extermínio. No entanto, conforme sua alegação, ele nunca assassinara nem um judeu sequer.

Logo, em 11 de abril de 1961, teve início, em Jerusalém, o julgamento de Eichmann, chefe da Seção de Assuntos Judeus no Departamento de Segurança de Hitler, ou seja, responsável pela deportação de centenas de milhares de judeus. Este foi o segundo maior julgamento de nazistas depois do processo de Nuremberg que aconteceu logo após a Segunda Guerra Mundial.

O julgamento durou um ano e terminou com sua condenação à morte: foi enforcado. A execução aconteceu pouco antes da meia-noite de 31 de maio de 1962. Foi acusado de 15 crimes, incluindo, crimes contra a Humanidade. A condenação de Eichmann foi baseada no depoimento de mais de 100 testemunhas, em duas mil provas e 3.500 páginas do protocolo da polícia israelense.

A filósofa judia alemã Hannah Arendt foi incumbida pela revista americana *The New Yorker* de fazer a cobertura do julgamento. Estava convencida da oportunidade de examinar o impacto da ideologia totalitária sobre a criminalidade de um indivíduo particular:

Hannah Arendt não comparecera ao julgamento dos criminosos de guerra nazista em Nuremberg e considerou que assistir ao julgamento de Eichmann e vê-lo com seus próprios olhos seria uma oportunidade inesperada e uma espécie de obrigação para ela, considerando o muito que escrevera sobre o nazismo (PEREIRA, 2010, p. 40).

Hannah Arendt tornou-se um dos grandes nomes do pensamento político contemporâneo por seus estudos sobre os regimes totalitários e sua visão crítica da questão judaica. A obra *As Origens do Totalitarismo*, tornou-a conhecida e respeitada nos meios intelectuais.

Nela descreve o fenômeno totalitário como uma forma de dominação própria da modernidade, baseada na organização burocrática das massas, na ideologia, na propaganda e no terror. Como exemplos, cita os desdobramentos da utopia socialista em suas versões nazista e stalinista. Na raiz do totalitarismo situa o antissemitismo moderno, manipulado como instrumento de poder, e o imperialismo surgido nos países europeus no século XIX.

O judeu italiano Primo Levi em seu *Testemunho para Eichmann*, presente na obra *Assim foi Auschwitz*, descreve a técnica totalitária do regime nazista:

Neste plano, muitos detalhes da técnica totalitária, que seriam desconcertantes em outro contexto, adquirem sentido. Humilhar, degradar, reduzir o homem ao nível de suas vísceras. Daí as viagens nos vagões fechados, deliberadamente caóticos e privados de água (não se tratava de razões econômicas). A estrela amarela no peito, a raspagem dos cabelos, também para as mulheres. A tatuagem, a roupa bizarra, os sapatos que faziam tropeçar. Por isso, e não seria compreensível de outra maneira, a cerimônia típica, predileta, cotidiana, da marcha dos homens-trapo diante da banda, uma visão mais grotesca do que trágica (2015, p.89).

A análise do julgamento enfocando especificamente o réu e sua atuação nos campos, resultou no livro *Eichmann em Jerusalém*, publicado em 1961, onde mostrou o quanto feridas produzidas por épocas e/ou eventos traumáticos nunca cicatrizam, pois são marcas indissociáveis dos crimes e brutalidades gerados pelo regime político do totalitarismo nazista.

A obra foi considerada polêmica ao questionar o mito de um totalitarismo que se assentava da “diabolização” quase religiosa dos nazistas, além de não poupar crítica à contribuição de lideranças judaicas à máquina de extermínio.

Segundo ela, Eichmann não se revelou um psicopata ávido em regozijar-se com o sofrimento alheio, mas sim um burocrata cumpridor de ordens num regime totalitário, um

homem comum e medíocre, um cidadão comum que viu na filiação ao partido Nacional-Socialista e na resolução eficiente das ordens vindas das organizações governamentais da época uma oportunidade ímpar de promover-se profissionalmente.

Entretanto, Eichmann é culpado pelos seus atos, não por se tratar de um monstro, mas justamente por ser uma pessoa comum, que parou de pensar, que se alienou da realidade e passou não ter consciência dos seus atos: “Quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de pensar [...]” (ARENDR, 1999, p.62).

Esse aspecto relevante ressaltado por Arendt, a incapacidade de pensar, está relacionado com o conceito de banalidade do mal (a eliminação dos outros sem causa alguma, sem motivação ideológica ou patológica). Eichmann cometera as maiores atrocidades, mas era incapaz de pensar por conta própria, pois havia perdido toda capacidade de distinguir entre o bem e o mal: “Com o assassinato dos judeus não tive nada a ver. Nunca matei um judeu, nem um não-judeu – nunca matei nenhum ser humano”, disse Eichmann (ARENDR, 1999, p.33).

Em Eichmann havia apenas o desejo de cumprir o papel de bom subordinado, levando a cabo todas as tarefas lhe atribuídas, sem ao mínimo tomar ciência do caminho aversivo pelo qual seguia. Mais que isso, “[...] ele não só obedecia a ordens, ele também obedecia à lei” (ARENDR, 1999, p.152). Na ocasião do julgamento, Arendt afirmou que Eichmann mostrava-se ainda visivelmente orgulhoso de ter sido um servidor fiel de Hitler e de outros líderes nazistas.

Portanto, para Arendt, a banalidade do mal origina-se da incapacidade do indivíduo de pensar. O mal banal não se baseia em um ódio profundo que origina no ser, mas em uma doutrinação ideológica, em pensamentos e ações irrefletidos e autômatos. Assim, cabe a relevante observação da filósofa: “Essa distância da realidade e esse desapego podem gerar mais devastação do que todos os maus instintos juntos – talvez inerentes ao homem; essa é, de fato, a lição que se pode aprender com o julgamento de Jerusalém” (ARENDR, 1999, p.311).

Além disso, Hannah Arendt traz um outro aspecto polêmico ao afirmar que não fora somente entre os alemães que Eichmann não pôde encontrar resistência: também entre os judeus, as vítimas, como o caso do *sonderkommando*.

Essa ideia é enfatizada no relato de Primo Levi ao falar do *sonderkommando*:

Era uma seleção ao inverso: escolhiam-se os mais torpes, mais violentos, os piores, e conferiam-lhes todo o poder, alimentos, roupas, isenção do trabalho, liberação inclusive da morte no gás, desde que colaborassem. E colaboravam, de modo que o comandante Höss pode se eximir de qualquer remorso, levantar a mão e dizer:

“estou limpo”, não somos mais culpados do que vocês, nossos próprios escravos trabalharam conosco (2015, p.90).

Essa afirmativa de Arendt foi ofensiva para muitos judeus que a interpretaram como um diminutivo da importância de seus sofrimentos, já que ao afirmar que Eichmann não era um monstro, entendia-se que o genocídio nazista não fora assim tão monstruoso. Essa polêmica lhe causou a perda de muitos amigos judeus e suscitou um debate acalorado no meio acadêmico e na mídia.

Desse modo, a partir do exemplo de Eichmann, Arendt chama a atenção para a propensão dos seres humanos a fazer parte de um grupo, a se identificar, aderindo impensadamente a ideias, opiniões e “deveres”, alinhando desrespeito e ódio ao diferente que podem levar ao cometimento de grandes atrocidades.

Portanto, segundo Hannah Arendt, “[...] o desumano se esconderia em cada um de nós. Continuar a pensar e interrogar a si próprio, os atos, as normas, é a única condição para não ser tragado por esse mal” (PEREIRA, 2010, p.42).

Por fim, em 15 de dezembro de 1961, a corte deu o veredicto e a sentença de Eichmann: morte por enforcamento. Na noite de 31 de maio de 1962, Eichmann estava calmo. Chegou a pedir uma taça de vinho, recusou a ajuda do ministro protestante, reverendo William Hull, que se ofereceu para ler a Bíblia com ele: “[...] tinha apenas mais duas horas para viver, e, portanto, nenhum ‘tempo a perder’” (ARENDR, 1999, P.274). Recusou também o capuz que o carrasco lhe ofereceu.

Começou expressando da maneira comum dos nazistas que não era cristão e que, portanto, não acreditava na vida após a morte. Então, poucos minutos antes da meia-noite, já de pé no cadafalso disse as últimas palavras: “Dentro de pouco tempo, senhores, iremos encontrar-nos de novo. Esse é o destino de todos os homens. Viva a Alemanha, viva a Argentina, viva a Áustria. Não as esquecerei” (ARENDR, 1999, p. 274).

Foi a primeira e até hoje única execução na história de Israel. O corpo foi cremado e as cinzas, espalhadas no mar Mediterrâneo, em águas internacionais. Fora, portanto, do território israelense.

Diante do exposto, cabe ressaltar a importância do julgamento de Eichmann como um dos marcos significativos que contribuíram para a consolidação da memória coletiva judaica da *Shoá*, como afirma Carlos Reiss, no subtítulo anterior.

O julgamento de Eichmann contribuiu significativamente para que as vozes que restaram, até então silenciadas, fossem encorajadas: “Sem dúvida, os que resistiram foram

minoria, uma minúscula minoria, mas nessas circunstâncias ‘o milagre era existir essa minoria’, como disse uma das testemunhas” (ARENDDT, 1999, p.139).

Somente a partir da década de 1960, com o julgamento de Adolf Eichmann, houve uma intensa revisão dos fatos ocorridos especificamente em relação aos judeus. De acordo com Norbert Elias, “[...] antes do julgamento de Eichmann, a enorme capacidade humana para esquecer coisas dolorosas, sobretudo se aconteceram a outras pessoas relativamente impotentes, já tinha começado a fazer o seu trabalho” (ELIAS, 1997, p. 269).

Segundo Carlos Reiss, o historiador Avraham Milgram apontou que o julgamento “[...] propiciou à sociedade israelense visitar traumas de um passado até então recente, proporcionando mais que a materialização da dor: oportunizou a construção da memória coletiva que a cientista política Hannah Arendt chamou simplesmente de “história” (Apud REISS, 2018, p.62).

Reiss aponta ainda que o historiador e sobrevivente Israel Gutman escreveu décadas mais tarde:

Pela primeira vez, puderam ouvir simples seres humanos. Não Antek, Zivia, (Abba) Kovner ou eu, mas sim as histórias de mães e pais que perderam suas famílias. Eles começaram a compreender um pouco do que significava estar no Holocausto, a ter uma ideia de como os sobreviventes foram afetados pela tragédia. A partir do julgamento, eu mesmo comecei a ter uma melhor compreensão de como apresentar a história do Holocausto, como ajudar os outros, especialmente os jovens (Apud REISS, 2018, p.64).

Desse modo, os testemunhos passam a ser legitimados, saem da ilegalidade e vão para o campo da produção da justiça social, passam a reivindicar um lugar privilegiado no espaço público e na construção das identidades individuais e nacionais. A construção de narrativas é utilizada também para desvendar crimes contra a humanidade.

O julgamento de Eichmann constitui um momento privilegiado de produção discursiva por parte de vozes até então silenciadas e excluídas, um momento de constituição de um discurso público do testemunho, um ato jurídico de autoria da história, que altera radicalmente o estatuto da vítima.

No contexto do processo de Eichmann, o tribunal criminal é transformado num espaço de construção coletiva do universo do testemunho, como destaca Shoshana Felman: “Para que o mundo pudesse ser vivível depois do Holocausto, era necessário articular juridicamente uma narrativa humana da catástrofe e da devastação passadas e combiná-la com futuras normas da lei” (FELMAN, 2001, p. 235).

Portanto, é possível afirmar que a experiência da *Shoá* funda a literatura do testemunho. Uma profunda mudança em relação à memória da *Shoá* se deu a partir do julgamento de Eichmann, pois foi estabelecido um novo papel do testemunho. As pessoas passam a ser ouvidas: homens, mulheres e crianças passam a estar no mesmo patamar, as vítimas passam a ter voz. “Tratou-se da materialização do processo de transformação de lembrança em memória” (REISS, 2018, p.65).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a realizar um estudo sobre os diários das adolescentes Anne Frank, Rutka Laskier e Helga Weiss, escritos durante a Segunda Guerra Mundial, buscando compreender como a memória de um nefasto capítulo da História foi preservada e como os envolvidos estabeleceram suas estratégias de resistência, tornando-se pertinente ao buscar compreender as resistências possíveis à política antissemita, denunciando sistemas de crenças antidemocráticas que se alicerçam no ódio.

Diante disso, o trabalho de pesquisa teve como objetivo geral apontar a contribuição desses diários, enquanto fonte legítima a serviço da memória e da resistência à Shoá.

Constata-se que o objetivo geral foi atendido porque ficou evidente que os diários se constituíram em importantes documentos que respondem às lacunas da história que os repressores nazistas tentaram apagar.

Nesse contexto, é possível afirmar que os diários cumprem o seu papel de conservação da memória, sobrevivência, desabafo, autoconhecimento e resistência, na medida em que perguntas são respondidas de diferentes formas em diferentes lugares sociais.

Nesse sentido, ainda que as vítimas deixem de existir, os registros deixados por elas retrataram para sempre a dureza dos fatos vividos, como diz Primo Levi em Afogados e sobreviventes:

Na memória de todos nós, sobreviventes, sofrivelmente políglotas, os primeiros dias de Lager ficaram impressos sob a forma de um filme desfocado e frenético, cheio de som e fúria, e carente de significado: um caleidoscópio de personagens sem nome nem face, mergulhados num contínuo e ensurdecedor barulho de fundo, sobre o qual, no entanto, a palavra humana não aflorava. Um filme cinza e negro, sonoro mas não falado (LEVI, 2004, p. 81).

Assim, ao deixarem a clandestinidade, os diários, ampliaram o campo de pesquisa, possibilitando a compreensão do passado e suas circunstâncias traumáticas, apresentando diversos desafios ao historiador.

Por sua vez, teve como primeiro objetivo específico descrever as especificidades da Shoá nos ambientes em que os diários foram escritos. Ele foi atendido ao apontar como a ideologia nazista foi adentrando os diversos contextos e produzindo nos diferentes espaços como guetos e campos, a sua ação mortífera, motivada pelo projeto de extermínio de defesa da pureza da raça, como destaca o autor Carlos Reiss. Portanto, a Shoá não é simplesmente um produto do ódio.

O segundo objetivo específico foi identificar as principais práticas de resistência à Shoá nos três diários. Esse objetivo foi atendido ao identificar que houve diversas estratégias de resistência, que se apresentaram de maneira distinta e conforme as possibilidades existentes em cada local. Sendo identificada a resistência intelectual, através da escrita de si, como a resistência em comum apresentada nos três diários. Assim, as armas deram lugar à caneta e suas histórias romperam as barreiras do silêncio.

Já o terceiro objetivo específico foi relacionar a narrativa dos diários com os ambientes específicos nos quais foram produzidos. Tal objetivo foi atendido ao relacionar as memórias pessoais do genocídio produzidas no gueto, no anexo e nos campos de concentração e extermínio, com a memória coletiva revelando mais do que dizeres ou não dizeres de uma época, e, ao mesmo tempo, conferindo personificação às essas histórias pessoais, cada uma delas com um nome, um sobrenome, a partir da contribuição do julgamento de Adolf Eichmann que possibilitou que essas vozes fossem ouvidas.

Nesse sentido, a pesquisa partiu da hipótese de que os diários possivelmente poderiam estar a serviço da memória e da resistência à Shoá. Durante o trabalho, a hipótese foi confirmada, ficando evidente que os diários estão a serviço da memória e da resistência da Shoá, pois são importantes documentos históricos, que revelam a luta pela sobrevivência no período de dominação nazista, possibilitando a sua reconstituição e ao mesmo tempo impedindo que os fatos não fossem distorcidos ou apagados.

Cabe ainda ressaltar que o problema apontado no início da pesquisa foi abarcado na seguinte pergunta: De que forma as memórias pessoais das três adolescentes contribuem para evidenciar a memória e a resistência à Shoá?

A essa questão levantada, o trabalho respondeu de forma clara que as memórias pessoais dessas adolescentes escritas no “calor dos acontecimentos”, evidenciaram a memória e à resistência ao permitirem a personificação do extermínio. Elas permitiram através de seus diários, que as experiências vividas tivessem um rosto. Colaboraram para que as futuras gerações pudessem saber não apenas de suas histórias, mas das muitas destruídas nas câmaras de gás.

Assim, para viabilizar o teste da hipótese, realizou-se uma pesquisa de finalidade básica, realizada com procedimentos bibliográficos e documentais. Para isso, a bibliografia básica consultada foi a obra de Raul Hilberg, um clássico da historiografia da Shoá que busca aprofundar o tema a partir dos criminosos, pois não é um livro sobre judeus, mas das pessoas que destruíram os judeus, ele ressalta.

A obra de Hannah Arendt que busca entender todas as múltiplas facetas envolvidas no julgamento do criminoso nazista Adolf Eichmann. Esse julgamento foi de suma importância, pois a partir dele, como foi relatado nesta pesquisa, as vítimas da Shoá começaram a ser ouvidas.

Carlos Reiss, foi outro importante autor que contribuiu com as reflexões deste trabalho a partir de sua obra lançada recentemente, que se propõe a historicizar a memória e a propor estratégias educacionais para o ensino da Shoá.

O autor Samuel D. Kassow também forneceu uma importante contribuição ao trazer a história dos Arquivos Secretos de Varsóvia, liderados por Emanuel Ringelblum, na discussão sobre resistência.

E por fim, mas não menos importante, a contribuição de Benjamin Ginsberg, sobre a discussão da passividade X resistência dos judeus, analisando o papel de judeus europeus e americanos nas atividades convencionais e *partisans*, em avanços científicos e tecnológicos cruciais para o esforço de guerra.

Diante da metodologia proposta, percebeu-se ao longo da elaboração do trabalho que apesar da rica produção acadêmica sobre a Shoá, há poucos trabalhos no Brasil, voltados para a pesquisa de diários. O que se tem na maioria das vezes são trabalhos sobre o diário de Anne Frank, não um trabalho comparativo entre este e outros diários produzidos no contexto da Segunda Guerra Mundial. Além disso, houve pouco tempo para a realização de leituras de outros autores que contribuiriam significativamente com esta pesquisa.

Por isso, fica a recomendação para que pesquisas futuras se disponham a se debruçar sobre os registros de tantos outros diários que são importantes documentos históricos que muito têm a dizer sobre os acontecimentos de uma época e valiosos instrumentos de preservação da memória.

Diante de todo o exposto, o estudo dos diários das adolescentes Anne, Rutka e Helga, torna-se imprescindível num momento em que se despedem da vida os últimos testemunhos vivos da barbárie. Época em que negacionistas bombardeiam com dúvidas os depoimentos das vítimas.

São imprescindíveis também os resgates empreendidos nos meios acadêmicos, na mídia, nas escolas, pois, a Shoá não diz respeito apenas aos judeus. Ela é parte da história humana e sua incidência na história demanda uma capacidade de análise crítica sobre os alicerces da própria civilização moderna e seus valores.

Afinal, vive-se em um tempo em que a qualquer momento alguém pode ser esfaqueado na porta de uma sinagoga, assassinado no altar de uma igreja durante uma missa,

humilhado publicamente enquanto trabalha como ambulante nas ruas de um país que não é o seu e, simplesmente isso resultar apenas num fechar de jornal ou num desligar da televisão, enquanto as tarefas cotidianas são retomadas tranquilamente.

Vive-se num país onde o lema é “Bandido bom, é bandido morto”, sustentado pelo *slogan* de campanha “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, tornando bastante difícil a compreensão das facetas desse deus.

País esse comandado por um presidente que se valendo da crise econômica, política e social, chegou à liderança em 28 de outubro de 2018, com 55,13% dos votos válidos, sob a promessa de solucionar os problemas mais pungentes da população brasileira, articulada com um discurso de ódio.

Curioso, é que voltando um pouco ao primeiro capítulo desta pesquisa, é possível deparar-se com a situação da Alemanha em 1933: “Hitler ofereceu simples soluções que, à primeira vista, faziam sentido para todos”. Para o problema do crime, a pena de morte com mais frequência e aumento das sentenças de prisão. Problemas econômicos, segundo ele, eram causados por atores externos e conspiradores comunistas. Tudo era embalado com os slogans: “Alemanha acima de tudo”, “Renascimento da Alemanha”, “Um povo, uma nação, um líder”.

O que fica é um enorme alerta, de que a história de fato, não se repete, mas ela tem o poder de familiarizar e também de advertir, as democracias podem entrar em colapso, a ética pode ser aniquilada e os homens comuns podem se ver diante de valas comuns com armas nas mãos, como bem disse Timothy Snyder (2017, p.13).

Portanto, pesquisar documentos históricos como os diários de Anne Frank, Rutka Laskier e Helga Weiss, é fazer circular de novo uma memória que está sempre a ponto de ser esquecida, a memória daqueles cuja a única liberdade possível era sair do campo de extermínio pela chaminé como fumaça e cinzas (SCHILLING, 2016, p. 84).

Por fim, esta pesquisa cumpriu o seu papel ao permitir que esses diários dessem rosto e voz às adolescentes Anne, Rutka e Helga e ao dar o direito a elas de mostrarem quem está produzindo memória coletiva a partir do uso político, num momento de tantos usos e abusos da memória.

6. REFERÊNCIAS

Fontes:

FRANK, Otto H. PRESSLER, Mirjam. **O diário de Anne Frank** – edição definitiva. Rio de Janeiro: Record, 2016.

LASKIER, Rutka. **O diário de Rutka**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

WEISS, Helga. **O Diário de Helga**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

Dicionário

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ANDRADE, Fernanda Jaime. **A escrita de si: história e memória no diário de uma adolescente (Castanhal, 1990-1994)**. Universidade Federal do Pará.

Artigos:

BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. **Itinerários**, Araraquara, nº10, p.11-27, 1996

CAEIRO, Olivio. JURGENSEN, Manfred. Das fiktionale Ich. Untersuchungen zum Tagebuch, Francke Verlag, Bern/München 1979, in 8Q, 302 pgs. **Revista Língua e Literatura**, São Paulo, Nº 9, p. 390-394, 1980.

Cohler, Bertram J. Confronting Destruction - Social Context and Life Story in the Diaries of Two Adolescents in Eastern European Ghettos During the Shoah. **American Orthopsychiatric Association**, 2012, Vol. 82, nº. 2, 220–230.

DANZIGER, Leila. Shoah ou Holocausto: A aporia dos nomes. **Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**, v.1, n.1, 2007.

Felman, Shoshana (2001), “Theaters of Justice: Arendt in Jerusalem, the Eichmann Trial, and the Redefinition of Legal Meaning in the Wake of the Holocaust”, **Critical Inquiry**, 27(2), 201-38.

Funkenstein, Amos. Collective Memory and Historical Consciousness. **History and Memory**, vol. 1, nº1, p. 5-26, 1989.

Klein, Kerwin. On the Emergence of Memory in Historical Discourse. **Representations**, nº 69, Special Issue: Grounds for Remembering, p.127-150, 2000.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. O Julgamento de Nuremberg e o de Eichmann em Jerusalém: O Cinema como Fonte, Prova Documental e Estratégia Pedagógica. In: **I Jornada Interdisciplinar de Porto Alegre sobre o Ensino do Holocausto**, 2010, Porto Alegre. Holocausto - Crime contra a Humanidade - I Jornada Interdisciplinar de Porto Alegre sobre o Ensino do Holocausto. Porto Alegre: B'nai B'rith Brasil / B'nai B'rith Rio Grande do Sul, 2010. p. 20-45.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, v. 9, nº. 18, p. 9-18, São Paulo: ANPUH, 1989.

Livros:

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Petrópolis: Vozes, 2015.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém** – Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Ave Maria**. São Paulo: Ave Maria, 2018.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Casa de Anne Frank. **Para Além do Diário de Anne Frank**: O dia a dia do esconderijo e de todos os seus habitantes. São Paulo: Leya, 2016.

CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais: territórios abertos para a História. IN: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FIGUEIREDO, Luís Claudio M.; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro. **Psicologia**: Uma (nova) introdução. São Paulo: EDUC, 2008.

FINGUERMAN, Ariel. **A teologia do holocausto**. São Paulo: Paulus, 2012.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GINSBERG, Benjamin. **Judeus contra Hitler** – Destruindo o mito da passividade judaica perante o nazismo. São Paulo: Cultrix, 2014.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HALTER, Marek, “Os Judeus e a Polônia”. Posfácio. IN: Laskier, Rutka. **O diário de Rutka**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

HILBERG, Raul. Concentração; Deportações. IN. **A destruição dos judeus europeus**. São Paulo: Amariyls, 2016.

JELIN, Elizabeth. ¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias?; Las luchas políticas por la memoria; Historia y memoria social; Trauma, testimonio y «verdade. IN.: **Los trabajos de la memoria**. Madrid, Siglo XXI, 2002, p.17-63.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. IN: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

KASSOW, Samuel D. **Quem escreverá nossa história?** – Os arquivos secretos do Gueto de Varsóvia. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KLEMPERER, Victor. **Os diários de Victor Klemperer**: testamento clandestino de um judeu na Alemanha nazista, 1933-1945. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LEJEUNE, Philippe. Diários e blogs. IN: **O Pacto Autobiográfico**: De Rousseau à Internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LERNER, Silvia Rosa Nossek. **Liberdade de escolher como morrer**: resistência armada de judeus no holocausto. Rio de Janeiro: Imprimatur, 2015.

_____. **A música como memória de um drama**: o Holocausto. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. **Os afogados e os sobreviventes**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Assim foi Auschwitz**: Testemunhos 1945-1986. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEWIN, Helena. Prefácio. In.: LERNER, Silvia Rosa Nossek. **Liberdade de escolher como morrer**: resistência armada de judeus no Holocausto. Rio de Janeiro: Imprimatur, 2015.

_____. Prefácio. In.: LERNER, Silvia Rosa Nossk. **A música como memória de um drama**: o Holocausto. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARGULIES, Marcos. **Gueto de Varsóvia**: crônica milenar de três semanas de luta. Rio de Janeiro: Documentário, 1974.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. **Memória e identidade social**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RAJCHMAN, Chil. **Eu sou o último judeu**: Treblinka 1942-1943. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

REISS, Carlos. **Luz sobre o caos**: educação e memória do holocausto. Rio de Janeiro: Imprimatur, 2018.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado – Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHERZ, Zahava (Laskier). Apresentação. In: Laskier, Rutka. **O diário de Rutka**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SCHILLING, Voltaire. **Holocausto**: das origens do povo judeu ao genocídio nazista. Porto Alegre: Age, 2016.

SCHITTINE, Denise. **Blog**: comunicação e escrita íntima na Internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SHOSHANA, Felman e LAUB, Dori. **Testimony: Literature, Psychoanalysis, History**. London: Routledge, 1991.

SNYDER, Timothy. **Sobre a tirania**: vinte lições tiradas do século XX para o presente. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

STEPAN, Nancy Leys. Introdução: Ciência e Conhecimento Social. In. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**: História, Memória e Política. Lisboa: Unipop, 2012.

VENEZIA, Shlomo. **Sonderkommando**: no inferno das câmaras de gás. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. [Versão digital]